



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO



HAIANY LARISA LEÔNICIO BEZERRA

**ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA FABRICAÇÃO DO CONSENSO
POLÍTICO: A PROPAGANDA SOBRE A REFORMA TRABALHISTA DO
GOVERNO MICHEL TEMER**

CAMPINA GRANDE

2021

HAIANY LARISA LEÔNCIO BEZERRA

**ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA FABRICAÇÃO DO CONSENSO
POLÍTICO: A PROPAGANDA SOBRE A REFORMA TRABALHISTA DO
GOVERNO MICHEL TEMER**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino para a obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de Pesquisa: Práticas Sociais, Históricas e Culturais de Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Washington Silva de Farias.

CAMPINA GRANDE

2021

B574e

Bezerra, Haiany Larisa Leôncio.

Estratégias discursivas na fabricação do consenso político: a propaganda sobre a reforma trabalhista do governo Michel Temer / Haiany Larisa Leôncio Bezerra. – Campina Grande, 2021.

94 f.

Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação: Prof. Dr. Washington Silva de Farias".

Referências.

1. Análise do Discurso. 2. Linguagem e Política. 3. Discurso Político – Fabricação do Consenso. 4. Reforma Trabalhista. 5. Propaganda Governamental. I. Farias, Washington Silva de. II. Título.

CDU 81'42:32(043)

“Muitos temores nascem do cansaço e da solidão [...]

Se tua voz tivesse força igual
À imensa dor que sentes,
Teu grito acordaria
Não só a tua casa
Mas a vizinhança inteira [...]”
(Há tempos. Renato Russo).

“Gente lavando roupa
Amassando pão
Gente pobre arrancando a vida
Com a mão
No coração da mata gente quer
Prosseguir
Quer durar, quer crescer
Gente quer luzir.

Gente é pra brilhar
Não pra morrer de fome”
(Gente. Caetano Veloso).

“Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber
Perigo é se encontrar perdido
Deixar sem ter sido
Não olhar, não ver
Bom mesmo é ter sexto sentido
Sair distraído espalhar bem-querer.

Deus me proteja de mim”
(Deus me proteja. Chico César e Dominginhos).

“De repente a gente vê que perdeu
Ou está perdendo alguma coisa
Morna e ingênua
Que vai ficando no caminho”
(Poema. Ney Matogrosso).

E se a gente se dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação da morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a ‘reconstrução’, o ‘escoamento’, a tática do oposto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmos minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. Tudo o que, em cada um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: ‘Eu não sou uma máquina!’.

(LINHART, 1978 *apud* PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 278).

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente, por conceder forças nas circunstâncias mais obscuras e vazias de sentido, e por sua imensurável misericórdia nos abundantes momentos de dificuldade que afligiram as tessituras desta dissertação.

A Emanuel Alves dos Santos, meu companheiro da vida, por acreditar, incentivar, torcer e embarcar junto comigo na jornada mais desafiadora e difícil da minha vida acadêmica, e profissional, me inspirando a encontrar forças para continuar lutando quando o terreno se tornou acidentado e inóspito.

Ao professor Dr. Washington Silva de Farias, meu estimado orientador, por se doar com tamanha gentileza, humildade e atenção ao processo de desenvolvimento desta pesquisa. Pela compreensão, paciência, dedicação e compaixão, que tornaram possível a produção de um efeito de fecho na investigação aqui realizada. E, sobretudo, por ter acreditado no meu potencial, incentivado e não ter desistido face aos tantos obstáculos que emergiram. Suas contribuições foram **imprescindíveis** para a concretização desta dissertação. Deixo registrado, portanto, meus sinceros agradecimentos por ter me ensinado e inspirado com tamanha paixão a Ousar Pensar e Ousar me Revoltar, na prática.

Ao professor Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho e também à professora Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima, pelas preciosas e inestimáveis contribuições à pesquisa, que proporcionaram minha aproximação a uma temática/causa tão nobre e tão covardemente vilipendiada: a luta em torno dos direitos dos trabalhadores. Muito obrigada!

Aos amigos e companheiros de café, cinema, discussões teóricas e desabafos, Ramon do Nascimento Oliveira e Vanda Késsia Gomes Galvão, por terem tornado a experiência na pós-graduação mais agradável e bem humorada diante dos vai-e-vens da vida acadêmica e profissional. Pela escuta, acolhimento, incentivos e, principalmente, por me ensinarem a ressignificar aflição em (re)existência através do riso.

Aos amigos Walter Vieira Barros, Lidianne da Silva Arruda e Diana Barbosa de Freitas, pela disponibilidade do coração para lançar palavras de incentivo e encorajamento todas as vezes que as situações de aflição ameaçavam nos paralisar e oprimir.

Às amigas Bruna Maria de Sousa Santos e Maria Gorette Andrade Silva, pelo incentivo, pelo exemplo de pesquisadoras e profissionais, e por me fazerem acreditar que o esforço e o empenho sempre nos concederão frutos.

Aos amigos Madson Queiroga Diniz e Laécio Fernandes Oliveira, pelo companheirismo e amizade desde a graduação. Por vibrarem pelas minhas conquistas como se fosse as de vocês e por mostrarem que a luta nunca é em vão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que viabilizou o sustento da minha família, e permitiu o aprofundamento da minha formação acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE/UFCG) pelo cuidado com o qual lidou, na medida do possível, com os entraves que se impuseram no decorrer do andamento da pesquisa. E acima de tudo, por ter me presenteado com a oportunidade de expandir os horizontes por meio da Análise de Discurso – um campo de estudos com pouco prestígio, mas repleto de pesquisadores brilhantes e paixão investigativa.

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) por oportunizar, através do ensino público de qualidade, o desenvolvimento da pesquisa científica no âmbito da Análise do Discurso, fomentando o intuito genuíno de contribuir para a transformação da sociedade e suas relações de desigualdade social e econômica.

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é dedicada aos que lutam contra a ofensiva neoliberal sobre o trabalhador, opondo-se ao aprofundamento das relações exploração do trabalho pelo capital.

HAIANY LARISA LEÔNCIO BEZERRA

**ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA FABRICAÇÃO DO CONSENSO
POLÍTICO: A PROPAGANDA SOBRE A REFORMA TRABALHISTA DO
GOVERNO MICHEL TEMER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, na área de concentração de Estudos Linguísticos, Linha de pesquisa de Práticas sociais, históricas e culturais de linguagem, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Washington Silva de Farias.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Washington Silva de Farias (Orientador) – UFCG

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (Examinador) – UFAL

Prof. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (Examinadora) – UFCG

Campina Grande

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM LINGUAGEM E ENSINO
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

Ata da **294** Sessão Pública de defesa de Dissertação para conferir o Grau de Mestre em Linguagem e Ensino a **Haiany Larisa Leôncio Bezerra**.

1. Aos 11 dias do mês de maio do ano de 2021, às 16:00 horas, através da sala virtual Google Meet em sessão pública, a Banca Examinadora presidida pelo(a) Prof(a). Dr(a). Washington Silva de Farias, (UFCG/PPGLE), orientador, e composta, por dois membros externos, a saber: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (Examinadora externa PPG Sociologia/UFCG) e pelo Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (Examinadora/UFAL), reuniu-se para julgamento da Dissertação de Mestrado do(a) discente **Haiany Larisa Leôncio Bezerra**, intitulada: **“Estratégias Discursivas na Fabricação do Consenso Político: A Propaganda Sobre a Reforma Trabalhista do Governo Michel Temer”**.
2. A sessão foi aberta pelo(a) presidente que apresentou os integrantes da Banca Examinadora e passou a palavra ao(à) mestrando(a). Este(a) fez a exposição do seu trabalho, sendo seguida das arguições dos examinadores(as).
3. Logo após, o(a) presidente da Banca Examinadora solicitou aos presentes que se retirassem da sala virtual e voltassem em 20 minutos para ouvir o parecer da banca sobre o trabalho apresentado.
4. Após análise do mérito da Dissertação, do desempenho do(a) candidato(a) durante a apresentação e arguição do trabalho e, em conformidade com o artigo 80 do Regulamento do Curso de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, a Banca Examinadora informou ao candidato que o trabalho obteve nota **9,0 (nove)** correspondente ao conceito **APROVADO**.
5. Nada mais havendo a tratar, Eu **JOSÉ NOBERTO TAVARES JÚNIOR**, SIAPE 2012524, Secretário do PPGLE, lavro e assino a presente Ata, lida e aprovada pela banca examinadora, que a assina conjuntamente.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE NOBERTO TAVARES JUNIOR, SECRETÁRIO (A)**, em 07/07/2021, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Haiany Larisa Leôncio Bezerra, Usuário Externo**, em 09/07/2021, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON SILVA DE FARIAS, PROFESSOR 3 GRAU**, em 12/07/2021, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

https://sei.ufcg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=1610642&codigo_crc=EF38942C&hash_down... 1/2



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1610642** e o código CRC **EF38942C**.

RESUMO

Nesta dissertação investigamos a fabricação discursiva do consenso sobre a necessidade de implementação da Reforma Trabalhista aprovada durante o governo de Michel Temer (2016-2019), por meio da análise da propaganda governamental produzida sobre esta reforma naquele conturbado momento político-histórico. A preocupação central desta investigação reside na observação do jogo de posições-sujeito mobilizado, assumido e relacionado no intradiscurso da propaganda oficial, jogo esse que objetivava produzir uma ideia de consenso em torno da reforma, a fim de obter a adesão da opinião pública e dos trabalhadores. Partindo dessa hipótese, buscaremos compreender, no jogo discursivo entre as posições-sujeito governo, patrão e trabalhador, textualizadas na propaganda da Reforma Trabalhista do governo Temer, as estratégias discursivas da fabricação do consenso sobre a urgência e a necessidade da implementação desta reforma. Esta pesquisa se alicerça teoricamente no quadro da Análise do Discurso de orientação pecheutiana e de seus desdobramentos no território brasileiro, especialmente em formulações teóricas sobre as *estratégias do discurso* (PÊCHEUX, [1969] 2014; ORLANDI, 1998; 1983). Nosso movimento de análise será concretizado a partir de um batimento entre descrição e interpretação de recortes de sequências discursivas relativas às 11 vídeo-propagandas oficiais sobre a Reforma Trabalhista que representem o processo discursivo em estudo. Os resultados da análise demonstram que, nas propagandas, o sujeito-enunciador, falando do lugar social do governo, produz um desdobramento discursivo de sua posição, assumindo os lugares do sujeito patrão e do sujeito trabalhador, representando e simulando suas posições de modo a produzir um efeito de consenso sobre os benefícios comuns da reforma trabalhista. Em relação à posição-sujeito governo, esta se caracteriza pelo acionamento de um lugar de porta-voz e de líder de toda a sociedade. Já em relação à posição-empregador, constatamos que esta é acionada como porta-voz do governo, legitimando a posição deste e, ao mesmo tempo, sendo legitimada por ele. A posição do sujeito trabalhador, por sua vez, é mobilizada para endossar as duas outras posições em jogo. Neste caso, embora sendo colocada, no fio do discurso, aparentando representar o lugar de porta-voz dos trabalhadores, a posição-sujeito trabalhador enuncia e legitima os lugares político-ideológicos ora do próprio governo ora do empregador. Desse modo, podemos afirmar que a mobilização das posições-sujeito governo, patrão e trabalhador, divergentes e antagônicas do ponto de vista de seus lugares sociais e ideológicos na estrutura social, se apresentam, no discurso da propaganda, como convergentes e não conflituais. Portanto, pela estratégia discursiva de antecipação e alternância contraditória de lugares sociais e posições-sujeito, é possível compreender, nos discursos, a produção de efeitos de consenso que atenuam ou apagam a existência dos conflitos e das lutas sociais, a fim de impor os interesses dominantes da classe política e empresarial sobre o conjunto dos trabalhadores.

Palavras-chave: Discurso político. Fabricação do consenso. Reforma Trabalhista. Propaganda governamental.

ABSTRACT

In this master's dissertation, it is investigated the discursive production of consensus on the need of the Labour Reform implementation that was approved in Michel Temer's government (2016-2019), by analysing the government propaganda produced about this reform at that political and historical moment. This research's main concern is to observe the play of subject positions mobilised, assumed and related in the intradiscourse of the official propaganda. The mentioned play aimed to produce an idea of consensus on the reform in order to gain the support of workers and public opinion. Considering this hypothesis, it is the objective to understand the discursive strategies of the construction of a consensus on the urgency and necessity of implementing this reform in the discursive play of subject positions government, employer and worker, textualised in the Temer government's Labour Reform propaganda. This research is based on the framework of Pecheutian Discourse Analysis and its ramifications in Brazil, mainly the theoretical formulations about the *strategies of discourse* (PÊCHEUX, [1969] 2014; ORLANDI, 1998; 1983). The move of analysis will be made from a hit between description and interpretation of discourse sequence fragments related to 11 official video-propaganda about the Labour Reform which represent the discursive process under study. The analysis results showed that, in the propaganda, the subject enunciator, speaking from the social place of the government, produce a discursive unfolding of his position, assuming the places of subject employer and of subject worker, representing and simulating his positions in order to produce an effect of consensus on the common benefits of the Labour Reform. The government subject position is characterized by activating a place of spokesperson and of leader of the whole society. Considering the employer position, it was noticed that it is activated as government's spokesperson legitimising its position and, at the same time, being legitimised by it. The worker position, however, is mobilised in order to endorse the two other positions. In this case, although being placed in the discourse as appearing to be the workers' spokesperson, the worker subject position enunciates and legitimises the political-ideological positions of both the government and the employer. In this way, it can be affirmed that the mobilisation of government, employer and worker positions, divergent and antagonistic from the point of view of their social and ideological places in the social structure, are presented in the discourse of the propaganda as convergent and non-conflictual. Therefore, through the discursive strategies of anticipation and contradictory alternation of social places and subject positions, it is possible to understand, in the discourse, the production of effects of consensus that attenuate or erase the existence of conflicts and social struggles, in order to impose the dominant interests of the political and business classes on the workers as a whole.

Keywords: Political discourse. Consensus production. Labour Reform. Government propaganda.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CDR	Campo Discursivo de Referência
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CP	Condições de Produção
FD	Formação Discursiva
FI	Formações Imaginárias
GF	Governo Federal
LT	Lei da Terceirização
PRT	Propaganda sobre a Reforma Trabalhista
RT	Reforma Trabalhista
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social
SD	Sequência discursiva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Slogan</i> da PRT.....	58
Figura 2 - Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o empregador.....	68
Figura 3 - Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o trabalhador.....	69
Figura 4 - Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista favorece a geração de empregos.....	73
Figura 5 - Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista: diferentes formas de contratação trazem benefícios ao mercado.....	74
Figura 6 - Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista permite a divisão das férias.....	77
Figura 7 - Vídeo-propaganda: Com a modernização trabalhista fica amais justo ter aopção sobre a controbuição sindical.....	77
Figura 8 - Vídeo-propaganda: Flexibilização na pausa de almoço beneficia trabalhadores.....	79
Figura 9 - Vídeo-propaganda: Regulamentação do <i>homme office</i> troxe flexibilização de jornada.....	80
Figura 10 - Vídeo-propaganda: Contratações com jornadas imprevisíveis são formalizadas.....	82
Figura 11 - Vídeo-propaganda: Modernização trabalhista: negociações justas e precisas.....	83
Figura 12 - Vídeo-propaganda: Modernização trabalhista: trabalhar de casa já é uma realidade.....	83

SUMÁRIO

PRODUZINDO UM EFEITO DE INTRODUÇÃO.....	14
1. TRABALHO, PROPAGANDA DE ESTADO E DISCURSO.....	22
1.1. Luta de classes, exploração do trabalho e seus efeitos na produção material dos sentidos.....	22
1.2. Propaganda (d)e Estado: uma prática discursiva.....	34
2. NAS MANHAS DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS.....	40
2.1. Formações imaginárias: imagens de si e do outro.....	40
2.2. A estratégia discursiva da antecipação.....	42
2.3. A argumentação no processo discursivo.....	44
3. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
3.1. Constituição do arquivo da pesquisa.....	48
3.2. A construção e o tratamento do <i>corpus</i> de análise.....	51
3.3. Movimentos analíticos.....	53
4. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA PROPAGANDA DA REFORMA TRABALHISTA: FABRICAÇÃO DO CONSENSO POLÍTICO E MASCARAMENTO DAS RELAÇÕES DE CLASSE.....	55
4.1. A representação do sujeito governo.....	56
4.2. A representação do sujeito patrão.....	72
4.3. A representação do sujeito trabalhador	76
PRODUZINDO UM EFEITO DE FECHAMENTO.....	87
REFERÊNCIAS.....	90

PRODUZINDO UM EFEITO DE INTRODUÇÃO...

Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias [...].
João Guimarães Rosa¹

[...] o caminho para inferno está pavimentado com boas intenções.

Karl Marx²

A propaganda política elaborada pelas instituições estatais tem se constituído, ao longo da história, como um dos principais recursos especializados empregados na abrangente difusão dos saberes e demandas da prática política, funcionando, assim, como a extensão privilegiada do Estado destinada a servir de mediadora entre governo e sociedade. Para tanto, a propaganda de governo se alicerça num conjunto de “leis” e técnicas estruturadas com o propósito de influenciar a opinião pública, dirigindo-a ao “consenso” em relação às ações e programas governamentais considerados impopulares, pois visa fomentar, sobretudo, o engajamento favorável do público às campanhas e aos ideais que governam a instituição estatal (CHOMSKY, 2013; DOMENACH, [1955] 2001). Essa propaganda política de Estado constituída estrategicamente para disseminar “informações” de cunho “educativo” tornou possível, dentre outros fatores de ordem social, econômica e política, o êxito do Partido Nazista, que propagou o antissemitismo, concretizando um dos piores acontecimentos que marcaram a história da nossa época pela monstruosidade dos crimes infligidos contra a humanidade: o Holocausto (DIEHL, 1996). Esses atributos, porém, não se articularam à propaganda de Estado de maneira arbitrária, mas para servir aos interesses dominantes que convêm à orientação ideológica estatal em conjunturas político-econômicas e históricas específicas.

No Brasil, a propaganda política fabricada pelo Estado adquiriu configurações que a ressaltaram, sobremaneira, no conturbado momento político-econômico, em 2016, após a implementação do processo de *impeachment* que cimentou o golpe jurídico-midiático-parlamentar³ ao assegurar, simultaneamente, a retirada da Presidenta Dilma Rousseff e a apropriação do cargo de Presidente Interino⁴ pelo então vice-presidente

¹ Obra: Grande Sertão: Veredas ([1956] 2003, p. 13-14).

² Obra: O capital: crítica da economia política ([1867] 1996, p. 345).

³ Conforme Souza (2016), a conjuntura que promoveu o *impeachment* consolidou o golpe parlamentar de 2016 contra a presidenta – democraticamente eleita – Dilma Rousseff. Em consonância com o estudioso, o processo jurídico será abordado, nesta pesquisa, como *impeachment*, mas referências outras à derrocada da presidenta serão tomadas como golpe.

⁴ Michel Temer atuou como Presidente Interino do Brasil durante o período de 12 de maio a 31 de agosto de 2016 e foi empossado como Presidente do Brasil no dia 31 de agosto de 2016.

Michel Temer (BIAVASCHI, 2017; SOUZA, 2016). Efetuada a consolidação do golpe “legal”, o governo interino chefiado por Temer propôs de imediato, uma agenda política divergente do projeto do governo de Rousseff, e conivente com os interesses da elite empresarial brasileira ao privilegiar, por exemplo: a nomeação dos envolvidos em vários escândalos de corrupção para compor cargos de alto escalão no governo; o recuo da legislação ambiental e das investigações da Operação Lava Jato; os cortes de investimentos nas áreas da educação, saúde e das políticas sociais; e a desmontagem das leis que regulam as relações de trabalho, extinguindo direitos trabalhistas arduamente acrescentados ao patrimônio jurídico-histórico dos trabalhadores; entre outros retrocessos e brutais ataques à democracia brasileira, evidenciando, portanto, que o *impeachment*/golpe não se tratava da simples apuração do cometimento de crimes de responsabilidade, mas de uma tomada de decisão que representava um amplo acordo de interesses movidos pela lógica do lucro (SOUZA, 2016; UCHÔA, 2016).

Essa agenda política da gestão Temer causou desconforto em vasta parcela da população por não se assemelhar, mas, também, divergir profundamente do programa de governo pelo qual o próprio Michel Temer, ocupando o cargo de vice-presidente, foi responsável juntamente com Dilma Rousseff, nas eleições de 2014, quando ambos concorreram à Presidência do Brasil, na mesma chapa, formando (imaginariamente) um projeto único de governo, em tese (VINHAS, 2017). A unidade imaginária desse projeto governamental, todavia, foi rompida quando o então vice-presidente propôs, em 29 de outubro de 2015, o programa intitulado “Uma Ponte para o Futuro”⁵, cuja orientação política se mostrava contraditória àquela que a candidatura Rousseff/Temer representou, sinalizando uma ruptura com o projeto oficial da chapa eleita, efetivada, convenientemente, em um contexto de protestos maciços que visavam depreciar a

⁵ Ressaltamos que o projeto “Uma Ponte Para o Futuro” e o folheto “A Travessia Social: Uma Ponte Para o Futuro” são de autoria do PMDB e da Fundação Ulysses Guimarães (lançados respectivamente em 2015 e 2016). Apesar da semelhança entre tais propostas, a *Travessia Social* tem como foco o estreitamento das relações entre Estado e iniciativa privada em setores basilares da sociedade, como: a saúde, o saneamento básico e o transporte. Já a *Ponte para o Futuro* tece um plano de ações sociais que seriam implementadas em caso de substituição eventual do governo Dilma Rousseff, pois nesse projeto constam as ideias iniciais do que viria a ser o conjunto de reformas do governo Michel Temer, dentre elas: a PEC 55, que estabelece um teto para o crescimento dos gastos públicos nos próximos 20 anos; a lei da terceirização; a reforma da Previdência. Ambos os projetos estatais caminham na mesma direção, haja vista que aconselham a tornar viável o desenvolvimento da economia brasileira através da mudança de postura do Estado, que deveria, então, presar pela flexibilização das organizações, adotando medidas oriundas da lógica do setor privado. Link de acesso ao projeto “Uma Ponte para o Futuro” (lançado em outubro de 2015):

<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

Link de acesso ao livreto “A Travessia Social: Uma Ponte para o Futuro” (lançado em abril de 2016):

https://complemento.veja.abril.com.br/pdf/travessia%20social%20-%20pmdb_livreto_pnte_para_o_futuro.pdf

imagem do governo eleito ao dar início a um vigoroso movimento de criminalização e rejeição ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Presidenta Dilma Rousseff (SOUZA, 2016; VINHAS, 2017). Esse contexto de cisão e divergências revela que o governo Temer estava em campanha aberta para o golpe de 2016, galgando, paulatinamente, o avanço da sua agenda de austeridade seletiva para, assim, pôr em andamento um agrupamento de reformas estatais de caráter benéfico aos interesses hegemônicos.

Nessa série de eventos, a consumação do golpe parlamentar de 2016 desempenhou a função histórica de facilitar politicamente a ofensiva reformista da economia brasileira, arquitetada pelo governo golpista, ao oportunizar o encaminhamento, de maneira célere, à Câmara dos Deputados, de uma agenda política regada por concessões prometidas ao empresariado brasileiro (ALVES, 2016). Esse governo constituído sem o voto popular e derivado de um movimento usurpador e oportunista, utilizou-se, pois, do pretexto de que uma nova fase da crise econômica mundial deflagrada em 2008, nos Estados Unidos da América, ressoou seus efeitos de esmorecimento no sistema financeiro do Brasil, instalando, supostamente, um quadro de fragilização sistemática que demandava ações imediatas de contingência, isto é, reformas estruturais do Estado, devido à necessidade de impulsionar o crescimento da produtividade da economia brasileira (SOUZA, 2016). Em outros termos, face ao suposto estado de caos da esfera econômica e o esgotamento da capacidade fiscal do Estado, a lógica da crise é apontada como “[...] o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico [...]” (PMDB, 2015, p. 5), na tentativa de justificar e, ao mesmo tempo, angariar endosso para a instauração precipitada de uma coalizão de reformas estatais taxadas como: urgentes, eficazes e imprescindíveis.

Assim sendo, as condições político-econômicas que integram a lógica capitalista montaram, então, a cena necessária para implementar mudanças que não interessam à população: a cena da “crise”. E, convenientemente, as reformas estruturais do Estado capitaneadas pelo governo Michel Temer foram apresentadas à sociedade brasileira como o conjunto “mais produtivo” de “providências”, senão as “únicas alternativas possíveis”, para contornar o enfraquecimento econômico e amortecer os efeitos da crise no âmbito nacional, retomar a produtividade do setor industrial e o crescimento financeiro. No entanto, o projeto reformista de desenvolvimento proposto no documento “Uma Ponte para o Futuro” e, posteriormente, no programa “A Travessia Social: Uma Ponte para Futuro”, objetivou construir um novo quadro jurídico fortemente marcado

pela severa revisão da Constituição Federal (CF) para assegurar, de tal forma, que o Estado adotasse um modelo econômico ancorado na institucionalização apressada de medidas políticas plenamente favoráveis ao setor privado, o que estimulou a criação de um ambiente institucional conivente com interesses e necessidades do capital produtivo (MONTEIRO *et. al.*, 2016; TEIXEIRA *et. al.*, 2017).

No cerne das regalias prometidas pelo governo ilegítimo ao empresariado brasileiro estava a Reforma Trabalhista⁶ (RT), implementada em tempo recorde pelo Congresso Nacional sem que as alterações aos direitos trabalhistas fossem amplamente debatidas com setores e movimentos sociais do campo do trabalho, restringindo, assim, espaços para o diálogo e reformulações, não permitindo, de tal modo, que os segmentos legitimamente instituídos da sociedade contrários à referida RT se opusessem, tendo em vista avançar com as negociações para, assim, instaurar uma nova política do trabalho fundamentada na ideia de “livre” encontro entre vontades individuais nas negociações entre patrões e empregados (BIAVASCHI, 2017).

Por esse motivo, o governo e aliados justificaram a RT sob a alegação de que a legislação trabalhista estaria ultrapassada para contemplar a versatilidade das relações de trabalho atuais devido ao excesso de direitos que, em teoria, impediria a iniciativa privada de realizar investimentos de caráter decisivo e crucial para impulsionar a atividade econômica gerando postos de trabalho. Enfatizou-se, portanto, a “necessidade e urgência” para retirar e/ou reduzir essa “rigidez em demasia” assegurada na CF e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), argumentando que apenas a modernização de tais leis subsidiaria a retomada do progresso econômico e a superação dos efeitos da crise mundial no Brasil (TEIXEIRA *et. al.*, 2017). Em síntese, fundamentou-se a proposta da RT na supremacia do negociado coletivamente sobre o legislado, tendo como base os seguintes “novos” métodos para (re)organizar e (re)definir a legislação trabalhista: a *modernização* e a *flexibilização*.

Contudo, em contraposição a essa concepção de RT e, de maneira abrangente, à agenda político-econômica de cunho neoliberal da gestão Michel Temer, diferentes movimentos de resistência constituídos por numerosos setores da sociedade civil, centrais sindicais e entidades associadas ao campo do trabalho marcaram (através de uma profusão de ações de contestação movidas por greves, protestos, dentre outras manifestações de repúdio) as divergências em relação aos saberes e demandas que

⁶ O projeto de lei da Reforma Trabalhista 6.787/2016 culminou na promulgação da Lei Ordinária 13.467, aprovada em 13 de julho de 2017.

integravam tal reforma, evidenciando uma discordância entre as esferas: estatal e social. Essa discordância é atestada pela produção de sentidos distintos e até mesmo antagônicos no que se refere à mencionada RT, uma vez que os próprios saberes acerca do campo do trabalho têm se constituído, historicamente, como objeto de uma série de disputas entre diferentes posições que problematizam a (des)regulamentação das relações trabalhistas. Dessa forma, instala-se a produção de um *discurso polêmico*, no qual os sentidos sobre o referente – isto é, a RT – são disputados pelos interlocutores, buscando, sob perspectivas particulares, dar-lhes uma direção determinada (ORLANDI, 1983) – numa divisão dos sentidos pelo político que aponta para grupos distintos marcados por interesses divergentes e projetos discordantes de sociedade.

Mediante tal cenário de disjunção, para colocar em prática a RT, a propaganda fabricada pelas instituições estatais a favor da implantação da referida reforma adquiriu características que a ressaltaram, sobremaneira, haja vista que no esforço de amenizar e/ou conter o dissenso no que se refere à reforma citada, utilizou-se a publicidade institucional, cujo terreno fértil é propício para definir e difundir a orientação ideológica do governo nessa arena de disputas, “sugerindo”, como “resposta” à “crise”, formas de conduzir as decisões políticas em torno da RT. Ou seja, não é por acaso, portanto, que essa propaganda oficial tenha se tornado um dos recursos cruciais empregados na tentativa de administrar o confronto político acerca dessa reforma, o que a realçou, entre outros motivos, porque a distinguiu das abordagens tecidas pelos governos precedentes em relação à mesma temática, e também, devido ao: recorde de gastos com publicidade federal, que foi atribuído à gestão Temer em 2017⁷; ao tratamento dado pela propaganda às temáticas da RT, que evidenciaram uma proliferação das campanhas dirigidas, muitas vezes, a contra-argumentar às contestações provenientes do âmbito social em relação à reforma; e, ainda, a notória e emblemática intensificação na produção e circulação da comunicação institucional do Estado pelo uso dos diferentes suportes midiáticos, como por exemplo: o *facebook*, *youtube*, propagandas televisivas, capas e matérias em revistas na internet e impressas, e páginas institucionais.

Nessa conjuntura histórica e discursiva, a propaganda política do governo Temer favorável à instauração vertiginosa da RT, em virtude do seu funcionamento estratégico, estabeleceu relações complexas entre sujeitos históricos e ideologicamente antagônicos:

⁷ Conforme dados públicos disponíveis no Portal da Secretaria de Comunicação Social de Comunicação da República (SECOM), apenas em 2017 foram gastos R\$ 205.730.524,62 em execução contratual de publicidade, destinada a pagamentos para agências de propaganda (BRASIL, 2018).

sujeito governo, sujeito patrão e o sujeito trabalhador, ao mobilizar seus lugares discursivos e relacioná-los de modo a administrar suas posições discordantes para assim produzir no lugar do conflito em torno da reforma uma discursividade de consenso, de suposta “aliança” ou conveniência entre tais sujeitos. Esse funcionamento estratégico se ancora, na propaganda governamental, por um efeito de antecipação das imagens dos sujeitos governo, patrão e trabalhador. Ou seja, tal funcionamento repousa sobre a capacidade constitutiva de todo discurso e de todo sujeito discursivo de antecipar as representações de si e do outro, neste segundo caso, ao se projetar em seu lugar para “prever” os efeitos que são produzidos (PÊCHEUX, [1969] 2014). Em virtude desse jogo de representações imaginárias o sujeito poderá “ajustar” o seu dizer de acordo com os efeitos de sentido que pensa produzir em seu interlocutor (PÊCHEUX, [1979] 2014). É o que acontece na propaganda da RT em relação às imagens que o enunciador faz de si mesmo, dos patrões e dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o discurso sobre as relações de trabalho na propaganda sobre a RT funciona como um processo de atribuição de posições e sentidos favoráveis à reforma, delineado no âmbito discursivo, a partir do jogo de posições não conflituais entre o *sujeito governo*, o *sujeito patrão* e o *sujeito trabalhador*, produzindo o efeito imaginário de consenso de posições sobre a RT, dissimulando suas diferenças, divergências ou antagonismo irreconciliáveis. Com isso, apagam-se ou mascaram-se as relações tanto de aliança (governo/patrões) como de oposição e antagonismo de classes (governo/patrões x trabalhadores), cujas alianças e antagonismo são regidos, em última instância, entre Capital e Trabalho, (re)velando, assim, os interesses de classe em jogo na dinâmica da sociedade capitalista. Dessa forma, sob a aparência de uma heterogeneidade de lugares e posições representadas (governo, patrão, trabalhador), o efeito discursivo da propaganda da RT é de unidade imaginária contraditória.

Na busca de investigar o funcionamento estratégico descrito acima, elaboramos a seguinte questão para a pesquisa: De que maneira, na propaganda do governo Michel Temer sobre a Reforma Trabalhista, as posições sociais e ideológicas em aliança ou conflito no campo do trabalho são administradas discursivamente para a produção do consenso sobre a necessidade e interesse comum de tal reforma?

Em virtude desse questionamento, delimitamos como objetivo geral da pesquisa: compreender a produção discursiva do consenso na propaganda política institucional do governo Michel Temer sobre a Reforma Trabalhista. Como objetivos específicos, almejamos: 1) Analisar de que maneira o sujeito enunciador da propaganda da RT

investigada mobiliza e relaciona as posições-sujeito: trabalhador, patrão e governo, para produzir o efeito imaginário de consenso; 2) Caracterizar as estratégias discursivas implicadas no jogo de posições identificado na propaganda; 3) Evidenciar nesse jogo de posições efeitos contraditórios da produção imaginária do consenso.

Essa pesquisa se ancora no quadro teórico da Análise de Discurso francesa (AD) filiada a Michel Pêcheux e seus desenvolvimentos no território brasileiro, haja vista que essa abordagem teórico-metodológica propicia a mobilização de conceitos essenciais para reflexão/compreensão dos processos de significação em condições sócio-históricas e ideológicas determinadas e concede-nos, dessa forma, os fundamentos necessário para entendermos o modo como sujeitos histórico-políticos são interpelados a ocupar e aderir a determinadas posições por meio do discurso propagandístico, seja comercial, seja governamental. Em nosso percurso, elegemos o conceito de *estratégia do discurso* (PÊCHEUX, [1969] 2014; ORLANDI, 1983; 1998) para refletirmos sobre a constituição discursiva do jogo de posições-sujeito na propaganda sobre a RT responsável pela produção do efeito de consenso quanto aos interesses político-ideológicos e sociais da reforma.

Orientaremos nossa análise pela hipótese de que a propaganda estatal formulada pela instância do Estado atua como um gesto político que busca esvaziar as contradições e dissipar os confrontos em torno da reforma mencionada, através da administração das posições dos sujeitos discursivos na propaganda política oficial sobre tal reforma.

Nosso *corpus* é constituído pelas 11 (onze) vídeos-propagandas sobre a RT que integram a peça publicitária governamental intitulada “Modernização Trabalhista. Nenhum Direito a Menos. Muitos Empregos a Mais”. A partir desse arquivo, nosso movimento de análise será concretizado através de um batimento entre a descrição e a interpretação de sequências discursivas das vídeo-propagandas em função dos objetivos formulados para nossa pesquisa.

A relevância e originalidade desta pesquisa residem na abordagem da fabricação do consenso sob uma perspectiva discursiva. Dessa forma, buscamos compreender os modos como a instituição estatal, pela linguagem e seu funcionamento, intervém no processo de constituição discursiva e política do sujeito social, tendo em vista legitimar seus interesses ideológicos como se representassem os interesses de todos os segmentos e grupos sociais. Em virtude disso, nossa pesquisa busca adotar uma postura reflexiva de investigação sobre o simbólico e, portanto, uma relação menos ingênua no que se refere aos modos como o Estado e suas instituições trabalham os sujeitos socialmente.

Almejamos, assim, contribuir para a reflexão sobre as determinações linguístico-históricas que emergem da propaganda política na conjuntura atual e, de maneira mais abrangente, esclarecer o funcionamento dos discursos das instituições estatais, em uma conjuntura histórica determinada, e suas estratégias de/para a administração das posições-sujeito na sociedade e na história.

Nossa pesquisa é dividida em quatro capítulos.

Destinamos o primeiro para discorrer sobre o trabalho como engrenagem que serve aos ideais da acumulação de riqueza numa sociedade fundada no antagonismo de classes, historicamente antagônicas, cujo modelo de sociabilidade é marcado pela relação de exploração entre capital e trabalho visando a extração e o acúmulo de riqueza. Abordamos ainda, nesse capítulo, o papel da instituição estatal como o meio utilizado pela burguesia para realizar seus negócios. Em seguida, nos dedicamos ao tema da propaganda política estatal e seu potencial estratégico, por excelência, voltado a servir à difusão de “informações”, circulando interesses políticos que convêm ao Estado.

No segundo capítulo, apresentamos os conceitos pertinentes aos estudos do discurso e representação do político, que servirão de ancoragem teórica para a compreensão das estratégias do discurso como recurso para a reflexão sobre o discurso político.

O terceiro capítulo será reservado para os aspectos metodológicos, destacando a composição do nosso arquivo textual e suas características, como também a forma de organização do *corpus* da pesquisa e os procedimentos de sua análise.

Por fim, nosso quarto capítulo contempla a análise da propaganda sobre a RT, na qual procuramos esclarecer os modos como a instituição governamental se relaciona com o corpo social pela via da linguagem e da propaganda, expondo ao “olhar leitor” o funcionamento estratégico do jogo de posições que tenta administrar a fim de produzir efeitos de consenso.

1. TRABALHO, PROPAGANDA DE ESTADO E DISCURSO

Neste capítulo, nos dedicamos a situar o trabalho como categoria fundante do ser social e objeto historicamente disputado no contexto da luta de classes, entre capitalistas e trabalhadores, por estar necessariamente articulado ao modo de produção da sociedade capitalista, cujo seu fundamento último é a exploração das forças produtivas do trabalho para acúmulo de riqueza e (re)produção da ordem do capital. Nesse quadro, também nos destinamos a abordar o papel vital do Estado e suas instituições na trama capitalista e na lógica da exploração da força de trabalho.

Em seguida, traçamos um percurso histórico sobre a propaganda institucional do Estado no cenário político internacional e do Brasil, sua função, implicações, principais características básicas e seu papel ideológico para dispersar os conflitos entre o Estado e sociedade, fabricando o consenso em torno de políticas públicas e projetos estatais impopulares, com vistas a atender, portanto, às necessidades criadas pelo mercado. Para finalizar esse capítulo, buscamos caracterizar a produção do consenso no cenário da luta ideológica entre classes, a partir da perspectiva discursiva.

1.1. Luta de classes, exploração do trabalho e seus efeitos na produção material dos sentidos

Karl Marx e Friedrich Engels delinearão no Manifesto do Partido Comunista⁸ os processos socioeconômicos que subjazem à organização do desenvolvimento capitalista, enfatizando a interdependência entre as condições materiais de existência e as relações sociopolíticas. Nesse cenário, ressaltam os autores, o esfacelamento da sociedade feudal e a expansão da indústria (re)estruturaram o processo produtivo ao transformar a oficina do mestre artesão na grande fábrica do capitalista industrial, produzindo a reorganização dos métodos de gestão do trabalho e a ampliação do excedente econômico.

Esse modelo de produção capitalista determinado pela exploração do trabalho, cujo “fim último é o lucro” (MARX; ENGELS, [1848] 2001, p. 36), concentra nas mãos da burguesia as condições para explorar ao máximo possível a força de trabalho,

⁸ Partimos do *Manifesto do Partido Comunista* (datado de 1848), mas ressaltamos que já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* – ou *Manuscritos de Paris* –, escritos em 1844, Marx inaugura o debate filosófico e político sobre o processo econômico no modo de produção capitalista, tecendo contundentes críticas que têm desdobramentos até os dias atuais.

visando satisfazer aos seus próprios interesses, utilizando-se, dentre outros meios, da redefinição dos modos de produção capitalistas pela divisão social do trabalho.

Por meio da divisão do trabalho, já está dada desde o princípio a divisão das *condições* de trabalho, das ferramentas e dos materiais e, com essa divisão, o fracionamento do capital acumulado entre diversos proprietários e em seguida, o fracionamento entre capital e trabalho, bem como as diversas formas da própria propriedade. Quanto mais a divisão do trabalho se aperfeiçoa, mais a acumulação aumenta e mais esse fracionamento se acentua também de maneira marcante. O próprio trabalho só pode subsistir sob condição desse fracionamento (MARX; ENGELS, [1846] 2007, p. 72, grifo do autor).

Esse modo de produção capitalista que repousa na divisão do trabalho inaugura a era de subordinação do trabalho ao capital, paulatinamente aprimorado com a adoção de formas, como a hierarquização do trabalho, que limitam a esfera de atuação profissional buscando a extração de capital excedente (MARX, [1867] 1996). Dessa maneira, enquanto condição de existência do capital, **o trabalho é reduzido à mercadoria**, fornecendo as bases para a **exploração humana** no intuito de satisfazer aos anseios de parcela ínfima e dominante da população, que usufrui e concentra capital, visto que a essência do modo de produção capitalista é incompatível com a distribuição da riqueza socialmente produzida, pois seu desígnio último é a produção do excedente econômico e a acumulação de capital é a sua força norteadora (MARX; ENGELS ([1846] 2007).

Nesse sentido, a dinâmica capitalista configura uma sociedade fundada na divisão entre classes sociais antagônicas (burguesia/capital e proletária/trabalhador), cuja estrutura histórica e ideologicamente contraditória perpassa todo o modo de produção capitalista, conforme afirmam Marx e Engels ([1848] 2001, p. 23): “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

Na sociedade cindida em classes sociais, tal contradição estrutural fundamental é ancorada na exploração da força de trabalho assalariado para a extorsão do *mais-trabalho*⁹ e no acúmulo do capital mediante a apropriação dos bens produzidos pelo *trabalho vivo*, que é definido como a força de trabalho em ação, isto é, a força vital e social de trabalho, consumido pelo capitalista, visto que aparece como a força do

⁹ Marx ([1867] 1996) ressalta que o exercício do trabalho para além do limite necessário, ou seja, o tempo de trabalho excedente no processo de produção, custa ao trabalhador sua força de trabalho, não agregando valor adicional algum para ele, mas produz a *mais-valia* para o capitalista, que é a configuração adquirida pelo excedente econômico no modo de produção capitalista. O trabalho despendido no tempo de trabalho excedente é, portanto, denominado pelo pesquisador de *mais-trabalho*. Esta parte da jornada de trabalho é marcada, então, pelo *sobretalho*, que consiste na apropriação do tempo de trabalho pelo capitalista, de tal modo que o proprietário do capital lucra ao se apossar da maior quantidade de *sobretalho* realizado pela classe trabalhadora (MARX, [1867] 1996).

capital, pois, “o capital é *trabalho morto*, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de *trabalho vivo*, e vive tanto mais quanto mais *trabalho vivo* suga” (MARX, [1867] 1996, p. 392, grifos nossos).

A contradição expressa na divisão de classes se manifesta então com base nos lugares ocupados na divisão social-produtiva do trabalho, que ocorre entre as forças produtivas (trabalhadores) e as relações de produção (capital), instaurando, sob tal forma, relações sociais marcadas pelo **antagonismo sócio-histórico-ideológico** entre burguesia (classe proprietária dos meios de produção) e proletariado (a classe operária) (MARX, [1867] 1996). Nesse panorama, Marx e Engels evidenciam que a produção econômica¹⁰ e a estrutura social procedente dela constitui o alicerce sobre o qual repousa a luta entre as referidas classes, pois, na sociedade regida pelo capital, os fenômenos sócio-políticos decorrem das relações entre classes sociais situadas no processo produtivo, cujo modelo de produção assinala a divisão entre classe explorada (proletário/operário/trabalhador) e classe exploradora (burguesia/capitalistas/patrão) organizadas em torno de diferentes modalidades de trabalho no processo de produção (MARX, [1867] 1996).

Por esse ângulo, os autores percebem a divisão social-produtiva do trabalho para além da produção material, na medida em que funciona enquanto **modo de regulamentar os interesses e as necessidades da burguesia**, assegurando, assim, sua dominação sobre a classe trabalhadora, visto que as condições de existência, ou seja, os lugares no processo produtivo, são sacrificados desde a infância, estabelecendo então uma divisão específica da sociedade em classes, que é, sobremaneira, inseparável da(s) luta(s) de classes.

Nesses termos, os pesquisadores destacam que as diferenças existentes entre tais necessidades e interesses classistas não são apenas díspares, mas despertam conflitos

¹⁰ Destacamos as condições econômicas como um fator que desempenha um papel sobremaneira relevante no cenário da luta de classes para ressaltar que a burguesia e o proletariado exercem diferentes ações no curso das lutas históricas no modo de produção capitalista. Entretanto, enfatizamos, respaldados nas palavras de Marx e Engels, que o fator econômico não é o único determinante das relações entre as classes no seio de uma formação social: “as condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo o reflexo destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes [...], *mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau*” (ENGELS, [1890] 1978, p. 760, grifo nosso).

devido à distância radical apresentada entre as condições político-econômicas que regem a classe burguesa e a classe proletária, pois a divisão fundamental entre estes segmentos sociais possibilita sua organização em torno de ideias contraditórias, que tendem a se agravar tão profunda e intensamente ao longo da história, pondo, assim, as classes em lutas(s). Por isso, Marx afirma que:

No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente o seu caráter antagônico que, inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. [...] Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa. Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações onde há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora da repressão; que nestas relações só se produzem a *riqueza burguesa*, ou seja: a riqueza da classe burguesa (MARX, [1847] 1985, p. 117, grifo do autor).

A análise marxiana da luta de classes, centrada, sobretudo, no antagonismo entre o proletariado e a burguesia, demonstra que tais classes sociais coexistem sob condições econômicas que as separam, distinguindo seus modos de existência, interesses e cultura. Essa oposição conflituosa decorre portanto das brutais diferenças que as classes revelam no e pelo movimento do capital, haja vista que sociedades construídas sob a propriedade privada dão origem a classes sociais objetivamente divididas, com os interesses opostos, cujas suas condições de existência economicamente antagônicas e irreconciliáveis estão relacionadas aos efeitos da exploração e da dominação capitalista, repercutindo, pois, no modo como o proletariado e a burguesia se desenvolvem no jogo do processo produtivo.

Nessa perspectiva, assumindo, historicamente, configurações completamente opostas, as relações de antagonismo próprias da produção capitalista se refletem nas lutas de classes e, de tal forma, expressam as divergências dos interesses classistas produzidos na esteira das relações sociais entre burguesia e proletariado. É nesse sentido que Engels proclama no *Prefácio à 3ª Edição [de 1885]*, dirigido à obra *O 18 de Brumário Luís de Bonaparte*, que todas as lutas históricas, quer sejam elas “[...] travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo

ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes” (ENGELS, [1852] 2011, p. 22).

Relacionando a luta de classes à organização social-técnica-produtiva do trabalho, Marx e Engels tornam passível de compreensão **os fundamentos da divisão econômica e social das sociedades capitalistas e a natureza do antagonismo social – entre trabalho e capital** –, que atravessa toda a forma da sociabilidade capitalista. Sob essa perspectiva, o modelo da sociabilidade gestada no interior da sociedade burguesa é determinado pela relação de exploração do trabalho pelo capital, que submete o trabalhador à condição de mercadoria ao apropriar-se da força do trabalho e do produto do trabalho, subjugando as necessidades humanas aos interesses de reprodução do capital e à lógica que o preside, a fim de garantir a **supremacia do ideal do mercado** pela apropriação privada dos meios de produção e do trabalho assalariado (LESSA; TONET, 2011).

Isso significa, para Lessa e Tonet (2011), que os meios de subsistência e meios de produção, imprescindíveis para a reprodução de toda e qualquer sociedade, são produzidos com o propósito de enriquecer a classe dominante, pois eles conservam as diferenças pertinentes ao funcionamento das relações sociais nas sociedades de classes, já que determinam as condições de existência segundo a classe a qual os indivíduos pertencem, orientando-os para interesses distintos, que asseguram assim, a desigualdade entre a existência material da classe proletária e da classe burguesa. Nesses termos, acrescentam os autores:

Como nos trabalhadores se concentra a miséria gerada pelo capital, não raramente tem-se a impressão de que apenas eles são alienados. Para Marx e Engels, isso não seria inteiramente verdadeiro. Pois também a burguesia é determinada pelo capital: a vida cotidiana do burguês é tão determinada pelo capital quanto a do proletário. *A diferença – importante – é que a submissão do burguês ao capital é expressão da potência histórica de sua classe e, por isso, esta lhe é não apenas muito mais confortável, como ainda a materialização da vitória cotidiana de sua classe sobre o proletariado.* Os trabalhadores, ao contrário, têm nesta alienação a sua derrota cotidiana frente ao capital – além de terem uma vida que não pode ser comparada à opulência burguesa (LESSA; TONET, 2011, p. 98-99, grifo nosso).

Diante dessa relação de exploração entre capital e trabalho visando a extração da *mais-valia*¹¹, devemos considerar que na sociedade contemporânea a servidão à lógica

¹¹ Conforme discussões e reflexões tecidas por Marx ([1867] 1996), a *mais-valia* pode ser compreendida como o excedente de produção na sociedade capitalista. Nesse sentido, a *mais-valia* reside essencialmente no lucro obtido pelo capitalista na exploração do *sobretalho*.

do lucro e o antagonismo de classes impulsionam, necessariamente, a forma da sociabilidade capitalista, que tem no trabalho o tipo de atividade capaz de construir a base material da sociedade e carrega em si traços do antagonismo ineliminável sobre o qual se erguem as relações entre burguesia e proletariado (LESSA; TONET, 2011). Nesse ponto de vista, a forma específica de exploração do trabalho voltada à extração do excedente de produção fundamenta todo o edifício da sociedade do capital, de forma que ela atinge um patamar nunca antes visto nos modos de sociabilidade precedentes, pelo fato de que as relações socioeconômicas baseadas na propriedade privada e no trabalho assalariado são as bases para o funcionamento da sociedade burguesa e responsáveis pelas desigualdades sociais típicas dessa forma de sociabilidade, diferenciando-a, significativamente, das anteriores, que passaram por várias etapas históricas demarcadas pela sucessão de diferentes modos de produção (sociedade primitiva, modo de produção asiático, escravismo e feudalismo) e apresentaram determinadas relações do indivíduo com a sociedade que não residiram, predominantemente, na acumulação privada da riqueza, mas tiveram na exploração do trabalho a forma principal de sua extração (LESSA; TONET, 2011).

Sabendo que o trabalho é fundamental no desenvolvimento do ser social, Marx o define como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete ao jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, [1867] 1996, p. 326-327).

É, portanto, no e pelo processo de trabalho que o indivíduo desenvolve suas capacidades, haja vista que ao se relacionar com a natureza, o homem movimenta as forças naturais e desempenha maior controle sobre ela, transformando, sobremaneira, o meio ambiente em que vive. Entretanto, no modo de produção capitalista, o trabalho é reduzido a uma engrenagem no processo de exploração, tornando-se a condição basilar para a acumulação de capital e, assim, um mecanismo burguês que serve ao ideal da extorsão e concentração da riqueza. Em outros termos: a sujeição do *trabalho-vivo*

visando a máxima extração do excedente de produção é a maneira por meio da qual o capital encontra sua base de existência. Em vista disso, evidencia Marx:

Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos isolados, que entram numa relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa apenas no processo de trabalho, mas então eles já não pertencem mais a si mesmos. Com a entrada no processo de trabalho, são incorporados ao capital. Como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específico do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, assim, força produtiva do capital. A força produtiva social do trabalho se desenvolve gratuitamente sempre que os trabalhadores se encontrem sob determinadas condições. Pelo fato de a força produtiva social do trabalho não custar nada ao capital e, por outro lado, não ser desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ele aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente (MARX, [1867] 1996, p. 506-507).

Nesse sentido, o trabalho é configurado nas sociedades, sobretudo as capitalistas, como atividade atrelada ao desenvolvimento das forças produtivas, em qualquer período histórico, que atua na reprodução/exploração das relações de produção, subordinando as relações sociais às regras mercadológicas, condicionadas, essencialmente, a empobrecer o trabalhador e, portanto, demarcá-lo “[...] a ferro e brasa, como propriedade do capital” (MARX, [1867] 1996, p. 540), expondo-o a todas as vicissitudes do mercado. O trabalho não produz, sob esse ponto de vista, apenas as mercadorias, mas fabrica a si mesmo e ao trabalhador como mercadorias, enfatiza o autor, na mesma proporção com a qual produz bens. Isso significa que para o capital, o trabalho é um instrumento produtivo voltado ao acúmulo da propriedade privada, como qualquer outro, onde a existência dos indivíduos é reduzida à condição de objeto, da mesma maneira que os produtos produzidos por eles (MARX, [1844] 2004).

Nesse quadro, a condição de mercadoria da força de trabalho, no entanto, é velada pelo **caráter assalariado do trabalho que realiza a submissão voluntária**, pelo menos aparentemente, da classe trabalhadora, transformando as relações sociais em relações conduzidas pelos ditames do capital, dirigidas, pois, pelo conjunto de interesses da classe dominante (MARX, [1844] 2004).

Devido à forma particular como **a categoria do trabalho afeta o desenvolvimento humano no seio social**, Marx e Engels o definem como a condição básica e fundamental do indivíduo, haja vista que a diferença específica do ser humano

em relação aos demais seres naturais reside na maneira como a essência sócio-política do trabalho complexifica e, assim, desenvolve o agir humano em sociedade, não somente em virtude da passagem dos limites da natureza para a organização social, mas, também, porque toda e qualquer forma de sociabilidade tem no trabalho a base material que fundamenta e constrói toda a sociedade (LUKÁCS, [1971] 1997). Ao evidenciar a concepção materialista da história a partir da qual tecem o seu profícuo movimento teórico-crítico, Marx e Engels destacam, afirma Lukács ([1971] 1997), **a categoria do trabalho como o fundamento ontológico, ou seja, a base do ser social:**

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer ‘história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição vital de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, [1846] 2007, p. 33).

Partindo de perspectiva semelhante, György Lukács na obra *O trabalho* expõe as categorias¹² específicas do ser social e enfatiza, dentre elas, o trabalho, pelo fato de que nasce no interior da luta pela existência e ocupa um lugar **privilegiado devido à essência ontológica e caráter mediador**, pois na inter-relação entre homem (sociedade) e natureza (orgânica e inorgânica) é a atividade vital do trabalho, especifica o autor, que assinala o *salto ontológico*: a passagem do ser meramente biológico para o ser social. Em outras palavras, face à capacidade exclusiva do trabalho de realizar a mediação do ser humano com a natureza, desenvolve-se um processo de complexificação do indivíduo na medida que o distanciamento progressivo dos elementos da natureza concede o crescimento dos níveis de socialização. Considerando o trabalho enquanto fenômeno originário e modelo do ser social, o teórico assevera que o esclarecimento das **determinações que a atividade do trabalho carrega** em si proporciona o panorama preciso dos elementos essenciais que marcam o ser social, tendo em vista que “[...] no trabalho estão gravadas *in nuce* (em germe) todas as

¹² Lukács ([1971] 1997) evidencia que cada grau do ser social é constituído por um conjunto complexo de elementos. Entre eles, o autor menciona que se encontram categorias decisivas como é o caso do trabalho, da linguagem, da ideologia e da divisão do trabalho, por exemplo. Tais categorias são decisivas, conforme o teórico, porque delas emergem novas relações da consciência com a realidade, novas formas específicas que se desdobram no ser social e não podem ser compreendidas isoladamente.

determinações que [...] constituem a essência de tudo que é novo no ser social” (LUKÁCS, [1971] 1997, p. 5, grifo do autor).

Dada sua relevância fundamental, o trabalho adquire um lugar privilegiado tanto pela **natureza social fundante**, quanto pelo **papel na manutenção do sistema capitalista**. E por essa razão, desde a segunda metade do século XVIII, período sócio-histórico no qual a ofensiva do capital avança sobre o trabalho, explicitam Netto e Braz (2006), as formas de (re)organização do trabalho se tornaram o objeto de interesse dos detentores do poder político e econômico. Foram necessários mais de dois séculos (do século XVI ao século XIX), ressaltam os autores, percorrendo diferentes formas históricas de sociedade e seus modos de produção (escravista, feudal, capitalista), para o capital exercer o controle que sempre buscou produzir sobre o processo do trabalho. Tal controle em torno do trabalho nasce como o elemento de fundamental importância para o capitalista, pois permite que ele, por um lado, aprimore o processo de extração do excedente e, por outro, mantenha a (re)produção das relações de produção, que é também a (re)produção de relações sociais (NETTO; BRAZ, 2006).

Parafraseando Marx, Althusser realça na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, que toda organização da formação social obedece a determinados modos de produção ameaçados pela divisão ideológico-política de classes, voltados, também, à reprodução das relações de produção. Sabendo que as relações de classes se exprimem por meio de um conjunto hierárquico de práticas sociais orientadas por interesses e necessidades distintos, Althusser (1970, p. 22) afirma que a reprodução das relações de produção na esteira da luta de classes demanda não só a reprodução desta, “mas também a reprodução da sua sujeição à ideologia dominante”. A ideologia da classe dominante – a burguesa – mantém a hegemonia pela (re)produção da assimetria entre submissos e dominantes, naturalizando os lugares atribuídos na divisão social-técnica do trabalho, reforçando, assim, a manutenção da lógica das relações entre as classes (ALTHUSSER, 1970). Nos termos do teórico:

É unicamente no seio dos próprios processos de produção e de circulação que esta reprodução é *realizada*. Realizada pelo mecanismo destes processos, onde é <<acabada>> a formação dos trabalhadores, onde são distribuídos os lugares a ocupar, etc. [...] Porque numa sociedade de classes as relações de produção são relações de exploração, portanto, relações entre classes antagônicas. A reprodução das relações de produção, objectivo último da classe dominante, não pode portanto ser uma simples operação técnica formando e distribuindo os indivíduos pelos diferentes postos da <<divisão técnica>> do trabalho. Na verdade não existe, excepto na ideologia da

classe dominante, <<divisão técnica>> do trabalho: toda divisão <<técnica>>, toda organização <<técnica>> do trabalho é a forma e a máscara de uma divisão e de uma organização sociais (= de classe) do trabalho. Assim, a reprodução das relações de produção só pode ser um empreendimento de classe. Realiza-se através de uma luta de classe que opõe a classe dominante à classe explorada (ALTHUSSER, 1970, p. 115-116, grifos do autor).

E disso decorre, em última instância, que numa formação social atravessada pela submissão/dominação de classes, a ideologia dominante equivale a da classe dominante, e o modo de produção que dela resulta – o capitalista – (re)produz as forças produtivas e as relações de produção para a manutenção do “controle” em uma sociedade perpassada pelo antagonismo de classes (MARX; ENGELS, [1848] 2001). Retomando a abordagem de Althusser, Pêcheux ([1978] 2014) enfatiza que a reprodução das relações de produção do ponto de vista althusseriano tem a sua ancoragem numa formação social engendrada no primado da luta de classes. Considerando que o princípio da luta de classes perpassa todo modo de produção, Pêcheux ([1978] 2014, p. 3) se vale do par “reprodução/transformação” para justamente realçar a tensão contraditória de todo modo de produção societal, abrindo a possibilidade da resistência e da revolta. Para ele, inclusive, a ilusão de que a reprodução das relações de produção se resume a algo simples, fixado na repetição do idêntico, é também uma das ilusões que têm vida difícil.

[...] ‘reprodução’ nunca significou ‘repetição do mesmo’. As proposições de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, que procuraram dar continuidade a determinadas colocações de Gramsci a respeito do conceito de hegemonia e da proximidade invisível do Estado no cotidiano, formam uma ajuda valiosa nessa direção, se ela for interpretada de tal forma que os processos de reprodução ideológicos *também* sejam abordados como local de *resistência múltipla*. Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções (PÊCHEUX, [1982] 2014, p. 115, grifos do autor).

Isso significa que na cena ideológica da luta de classes, essa transformação das relações de produção atua para impor novas relações de desigualdade-subordinação e de exploração-segregação-dominação (PÊCHEUX, [1975] 2014). Para abordar os processos por meio dos quais a exploração-dominação da classe burguesa se reproduz, adaptando-se e se transformando no interior desta cena ideológica da luta de classes, o pesquisador propõe a noção de *lutas ideológicas de movimento*, definida como uma série de disputas e embates móveis que acontecem em torno de objetos ideológicos

paradoxais, devido às lutas de classes no terreno da ideologia (PÊCHEUX; GADET, [1991] 2014). Os “objetos paradoxais” são assim nomeados por serem, ao mesmo tempo, idênticos e antagônicos a si mesmos, existindo enquanto “movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem” (PÊCHEUX; GADET, [1991] 2014, p. 97).

Assim, no interior das lutas ideológicas de movimento entre burguesia e proletariado, o trabalho é, necessariamente, um objeto ideológico paradoxal, da maneira como é definido por Pêcheux, devido ao seu papel fundamental nas relações de (re)produção/transformação das relações de classes, ou seja, pela forma como tem se constituído, historicamente, enquanto um objeto ideológico dividido, heterogêneo, em disputa a partir dos diferentes lugares sociais e ideológicos constitutivos das relações de produção capitalistas, disputa essa que se materializa na linguagem.

Falar das massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, de sujeitos e objetos, de intenções e do estado das coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido (PÊCHEUX, [1978] 2014, p. 252).

Com os sujeitos irremediavelmente inscritos no simbólico e capturados em redes de significação e dizeres ideologicamente marcados pela divisão de classes – proletariado e burguesia –, o discurso sobre o trabalho é (re)produzido conforme as posições ocupadas pelos sujeitos falantes no interior das lutas ideológicas de classe e de movimento. Dessa forma, as disputas travadas em torno do trabalho (entre os proletários e os burgueses e seus aliados de classe) na cena ideológica da luta de classes, trazem as marcas das determinações sociais, econômicas e históricas que (re)produzem as demandas e interesses das diferentes posições de classes, inclinando-se, de acordo com o contexto e prática discursiva em questão, ora para a reprodução, ora para a transformação dessas posições e suas relações. Refletindo em particular acerca desses processos assimétricos, contraditórios e heterogêneos nas lutas ideológicas de movimento, Pêcheux e Gadet ([1982] 2014) se propõem a pensar como as relações (re)produção/transformação podem ser mantidas ou deslocadas, no campo do simbólico, “por meio da mudança metafórica dos sentidos, dos paradoxos e dos jogos de palavras”, o que significa não tratar a língua meramente como meio para descrever estes processos,

mas como um campo de forças constitutivo daqueles processos (PÊCHEUX; GADET, [1982] 2014, p. 98).

Do ponto de vista mais estrito da reprodução capitalista, sabemos que a burguesia, para exercer o controle destes processos e garantir necessita da aliança com o

Estado, apropriando-se, assim, de seu aparato institucional.

Por ser uma *classe* e não mais um *estamento*, a burguesia é obrigada a se organizar no plano nacional, e não mais no plano local, e a dar uma forma aos seus interesses comuns. Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa quanto internamente. [...] Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política (MARX, [1846] 2007, p. 75-76, grifos do autor).

Nesse sentido, numa sociedade regida pelo antagonismo de classes, para garantir a (re)produção do modo de produção capitalista e a prevalência dos interesses e das necessidades da classe dominante sobre todos os outros, a burguesia se utiliza do Estado e de seu poder político como o meio para realizar os seus negócios. Nesse sentido, para Marx e Engels ([1848] 2001, p. 27) o Estado moderno se tornou “[...] tão-somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

Nesta perspectiva, o Estado opera, em última instância, para reproduzir o sistema capitalista utilizando medidas político-econômicas, entre outros meios, que controlem o processo de organização do trabalho, destinando à *classe-que-vive-do-trabalho* direitos e deveres alinhados com o propósito de assegurar o pleno funcionamento do sistema de acumulação do capital. Pode-se afirmar, portanto, que a existência do Estado, nas democracias burguesas, é voltada, fundamentalmente, à reprodução dos interesses dominantes, processo que se realiza, dentre outros meios, a partir de tecnologias sofisticadas e sutis de sujeição dos indivíduos ao capital (MÉSZÁROS, 2004).

Uma das formas ideológicas de manter e reproduzir a dominação capitalista, por meio do Estado, além do controle sobre a concepção das políticas públicas e das incessantes reformas, se configura através da propaganda estatal, que, no caso da RT, visa, mediante um suposto diálogo, atenuar as relações conflituosas de dominação e

exploração pretendidas pelo Estado, a serviço do capital. Assim, devido à relevância da propaganda política estatal na luta de classes e nas lutas ideológicas de movimento, traçamos, na próxima seção, uma breve reflexão sobre o modo como a propaganda/publicidade oficial se constitui como um instrumento para difundir e ao mesmo tempo endossar às ideias e projetos (pro)postos pelo Estado em suas alianças com o poder do capital.

1.2. Propaganda (d) e Estado

A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa.

Eni Orlandi¹³

A palavra propaganda, de origem no latim, corresponde à disseminação de algo. Ela foi amplamente utilizada pela política nazista, que obteve êxito, entre outros fatores de ordem social, econômica e política, em virtude da propaganda com o viés estratégico, estruturada por técnicas e “leis” em campanhas integradas, com o intuito de persuadir e manipular o ouvinte (DIEHL, 1996). Conforme Domenach ([1955] 2001), esse aspecto estrategista da propaganda política foi inaugurado por Adolf Hitler e Joseph Goebbels, o ministro da propaganda do governo Hitler, que organizaram um conjunto de “leis”, por meio de uma espécie de cartilha, firmando os princípios da persuasão pela propaganda nazista. Apesar de não serem os responsáveis pela invenção da publicidade de Estado dirigida a convencer a opinião pública, eles a transformaram, significativamente, com os princípios básicos da propaganda, que se dedicavam a disseminar informações com o propósito de favorecer a unanimidade em torno de questões políticas, isto é, o consenso (DOMENACH, [1955] 2001). A propaganda política estatal assim construída tornou-se o alicerce do Partido Nazista e conduziu à difusão da pretensa superioridade ariana, promovendo a emergência do antissemitismo que desembocou no holocausto, um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade.

Os métodos nazi-fascistas de comunicação de massa assimilaram os aspectos das propagandas comerciais norte-americanas, destaca Arendt (2007), mas a propaganda de ordem política adquiriu configurações particulares, como: ameaças veladas; promessas e

¹³ Obra: Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico (1996).

apelo emocional; a saturação através da repetição; a simplificação das “informações”; e a engenhosa elaboração de *slogans*. Com a propaganda assim estruturada, para a autora, descobriu-se que “[...] o seu público estava sempre disposto a acreditar no pior por mais absurdo que fosse sem objetar contra o fato de ser enganado, [...] era possível fazer com que as pessoas acreditassem nas mais fantásticas afirmações” (ARENDDT, 2007, p. 432). O sucesso da propaganda política nos regimes totalitários e na sociedade contemporânea consiste, portanto, na utilização de qualquer recurso capaz de induzir o comportamento (ARENDDT, 2007).

Em consonância com a pesquisadora, Chomsky (2013) explica que a propaganda seria o mecanismo capaz de amedrontar e, assim, governar a população pelo vínculo emocional ao “[...] enfiar goela a baixo os programas domésticos com os quais a população não concorda, porque não há razão para que ela seja favorável aos programas domésticos que a prejudiquem [...] Isto implica muita propaganda” (CHOMSKY, 2013, p. 32). As táticas da propaganda estatal se utilizam de uma dimensão emocional intensa, que provoca uma reação emotiva visando fabricar um lugar comum de afinidades e promover o engajamento pelo consenso (CHOMSKY, 2013).

O potencial da propaganda para diluir as contraposições é destacado por Breton (1999), quando evidencia que é preciso um embate de ideias para que esta comunicação possa emergir, pois é o único mecanismo que pode mobilizar a adesão da população. De acordo com esta abordagem do autor, no contexto de disjunção no qual a propaganda da RP emergiu, a essência persuasiva desta forma de publicidade produz a propaganda oficial constituída pelo modo estratégico de seu funcionamento, que caminha na direção da prática consensual. A interface entre a propaganda institucional e o discurso político, que também apresenta feições marcadamente persuasivas (CAZARIN, 2005), reforça a produção do consenso como funcionamento, tanto da instituição midiática, quanto da governamental, na propaganda da RT (PRT). Ao abordar a propagada estatal sob o viés da manipulação, o estudioso enfatiza que esta interface objetiva “suprimir a possibilidade de escolha que está na base da democracia [...] dando a ilusão de um acordo entre o propagandista e sua vítima” (BRETON, 1999, p. 58). Este “acordo” entre o Estado e o povo (consenso sobre a institucionalização célere da RP) busca, então, ser endossado através da diversidade de suportes midiáticos e a ampla circulação da propaganda governamental, marcando-a de maneira emblemática pelo modo como a seguridade social é publicitariamente tomada.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, Prudente de Moraes, na esteira da sua campanha eleitoral, precisamente em 1898, foi o precursor da propaganda política, pois inaugurou essa maneira de propagar “informações” políticas no cenário brasileiro (ROMANINI, 2011). Eleito com votação expressiva e aclamado pelo povo, evidencia a autora que a eficácia do candidato se devia, na época, à desenvoltura no campo da propaganda política, recurso que o ressaltou dentre os outros candidatos pela intensa e ininterrupta produção através da utilização de diversos suportes de comunicação, uma ação incomum para a época. Já durante o período do Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial arregimentado por Getúlio Vargas, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por decreto presidencial, em 1939. Ao DIP cabia coordenar os setores dos meios de comunicação em consonância com os interesses oficiais do governo, uma estrutura que permitia ao Estado exercer o controle na difusão da informação junto às camadas populares, pois visava construir uma certa imagem do regime e, nesse passo, esse órgão governamental monopolizava a imprensa da forma que convinha à orientação política do Estado Novo (CAPELATO, 1999).

A utilização dos recursos da propaganda política não é um fenômeno recente. Além de Hitler, O Rei Sol – Luis XIV, no século XVII, já se apropriava dela no intuito de disseminar a sua própria representação através de moedas, bem como de estátuas e quadros, sempre sacralizando sua imagem (DEBRAY, 1994). Getúlio Vargas, no Brasil, durante o Estado Novo (1937-1945), foi pioneiro ao vislumbrar o poder da propaganda política e utilizou de modo intenso o rádio e o cinema para falar diretamente às massas através do DIP. Face ao potencial persuasivo da propaganda política de Estado ao longo da história, explicita Sant’anna:

Pode-se até dizer que, sem elas [técnicas de manipulação e persuasão pela propaganda] os grandes acontecimentos da nossa época: a revolução comunista e o fascismo, não seriam sequer concebíveis. Mussolini, Hitler e Lênin marcaram a história contemporânea com uso intenso e científico da propaganda (SANT’ANNA, 2002, p. 45).

Foucault (1997), a partir das discussões tecidas acerca do *Panopticon*, formulado por Jeremy Bentham, já evidenciava um pensamento do Estado, no século XVIII, voltado para a elaboração de estratégias eficazes de exercício do poder, pois as mudanças econômicas da época necessitavam fazer circular os efeitos do poder através de táticas cada vez mais sutis, tendo a população como alvo das relações de dominação, inclusive nas ações mais banais do cotidiano. De acordo com o autor, o poder

monárquico funcionava com base na punição espetacular para conter a capacidade de fazer o mal, ação que, no século XIX, é vista como onerosa e com resultados escassos. Por isso, emerge o panorama de um poder disciplinar que pudesse exercer o controle das oscilações nos comportamentos de forma contínua e com valor econômico mínimo., haja vista que a violência em excesso poderia gerar revoltas e resistências que teriam, portanto, um custo elevado. Diante disso, observa-se que as estratégias do Estado para exercer o poder não estão ancoradas apenas na força repressiva, uma vez que sua versão mais eficaz se alicerça em mecanismos sutis de controle da população.

Dias (2006), discute, dentre outras questões do pensamento do marxista italiano Antônio Gramsci, a noção de hegemonia como instrumento na construção de uma visão unitária de mundo, ou seja, na fabricação de interesses e necessidades comuns no âmbito social, que reverberam no campo de ação das classes e na forma atual da luta de classes. Dias (2006) observa que a tensa relação das classes em luta se desdobra na totalidade social, espaço contraditório onde as forças sociais classistas se apresentam, defrontam-se e se negam mutuamente, conforme os seus projetos, em embates hegemônicos, visando estabelecer aquilo que o autor nomeou de *projeto hegemônico*. Tal projeto, marcado pela relação de força entre classes, reside na capacidade de uma classe “englobar” o projeto de sociedade de outra, transformando o movimento das classes e seus antagonismos em algo não evidente, em um não-movimento, posto que “ao falarmos em embate hegemônico nos situamos em outro plano: o da capacidade de uma classe subordinar/coordenar classes aliadas ou inimigas” (DIAS, 2006, p. 61). Nesses termos, a hegemonia funciona:

[...] como projeto que permite criar o horizonte ideológico, no qual as demais classes se moverão ou poderão vir a mover-se. Horizonte que desorganiza, inviabiliza, ou pelo menos tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com o seu os outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo de lutas, das alianças, do permitido e do interdito. *A hegemonia é a racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a se pensar nessa história que não é delas* (DIAS, 2006, p. 63-64, grifos do autor).

Esses embates hegemônicos, afirma o autor, seja percebido ou não pelas classes subalternas, é um prolongamento da ordem do capital e funciona no sentido de reproduzir e ampliar as diferenças classistas, buscando capturar a classe dominada para manobrá-la a serviço da classe dominante, ampliando a esfera de domínio de classe

(DIAS, 2006). Dessa maneira, o estudioso chama à atenção para o fato de que a eficácia da hegemonia no campo das classes em luta(s) reside então na (des)construção da lógica do adversário, visando, no mínimo, neutralizá-la, visto que “[...] não se trata de reprimir, pura e simplesmente, as ideologias contrárias, mas, trabalhar-lhes as questões a partir da perspectiva hegemônica. Dar-lhes novo *sentido e direção*, articulando as ideologias e as práticas delas às suas” (DIAS, 2006, p. 77, grifos do autor).

Orlandi (2010), por sua vez, afirma que a resolução satisfatória das divergências se consolida na fabricação de uma lógica consensual, que estaria ancorada na prática da opinião pública, ou seja, na construção de um “nós” político que remete a uma região de homogeneidades na sociedade. Para a autora, as políticas públicas atuais – como a RT – estão fundamentadas no consenso, que visaria “à constituição de uma “maioria” através do maior índice possível de ‘participação’ dos ‘excluídos’ e das ‘minorias sociais’ nas diferentes instâncias da vida urbana, como instituições jurídicas, culturais, tecnológicas, educativas e de lazer” (ORLANDI, 2010, p. 7). Nesse sentido, o consenso é considerado a prática ideal para dissolver os conflitos, pois pressupõe a existência de um conjunto de afinidades, aos quais seria preciso distinguir dos outros para atribuir políticas adequadas (ORLANDI, 2010). Dessa maneira, entende-se que o consenso sustenta todo o processo discursivo das políticas públicas, cujas determinações afetam o social.

No final da década de 70, Michel Pêcheux dedicou-se a tecer reflexões acerca do funcionamento da propaganda política elaborada pelas instâncias estatais no interior das práticas capitalistas. Em uma visada histórica, o autor buscou compreender, entre outras questões relacionadas à publicidade governamental, sobre a transição da propaganda do Estado –, que foi considerada “[...] pelo menos desde Napoleão, um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior” (PÊCHEUX, [1979] 2014, p. 73) –, para um recurso midiático especializado na difusão dos ideais pertinentes à atividade política interna, destinado a convencer a população sobre a relevância das ações do Estado, tornando-se, assim, um meio para a circulação dos interesses políticos que convêm à orientação ideológica estatal. Devido a isso, o estudioso pontua que a propaganda deixa de ser um negócio militar para emergir como dispositivo essencial na formação social do Estado capitalista, dirigido a produzir o consenso por meio de “[...] uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classe [...]” (PÊCHEUX, [1979] 2014, p. 87).

Pêcheux ([1979] 2014) reflete sobre o funcionamento da propaganda estatal, no território discursivo, distanciando-a da perspectiva psicológica, já que embora a propaganda seja produzida “com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” (PÊCHEUX, [1979] 2014, p. 74), a compreensão dos efeitos psicológicos que se produzem nos sujeitos discursivos a partir das táticas e que a subsidiam não alcançam o seu funcionamento linguístico-histórico.

A prática da propaganda de Estado, entende o autor, procede de uma formação social capitalista em suas contradições políticas e sociais, o que leva o estudioso a investigar a propaganda estatal como forma histórica de assujeitamento mais eficaz, inclusive, do que o assujeitamento repressivo, haja vista que o Estado se tornou “[...] mestre na arte de agir à distância sobre as massas” (PÊCHEUX, [1979] 2014, p. 91). É na acepção da propaganda governamental enquanto arma do Estado que o autor a considera como uma das manifestações da *língua de Estado*, que consiste numa série de estratégias do discurso destinadas a esvaziar as contradições, anestesiando as revoltas no consenso (PÊCHEUX, [1979] 2014).

No acontecimento da RT, uma forma de política pública, chama à atenção a atualidade dessas formulações acerca da língua do Estado e suas estratégias discursivas da fabricação do consenso, disseminadas pela propaganda oficial, a fim de simular “aspirações comuns” entre governo, patronato e trabalhadores, numa conjuntura social e histórica, porém, fortemente marcada pelo antagonismo das posições sociais e ideológicas em disputa.

2. NAS MANHAS DAS ESTRATÉGIA DISCURSIVAS

Considerando que é objetivo da nossa investigação compreender, na propaganda sobre a RT, o jogo complexo de posições sujeito mobilizadas, assumidas e relacionadas pelo sujeito enunciador, tendo em vista a possibilidade que todo sujeito tem de projetar-se, imaginariamente, no lugar do outro para “ajustar” o seu dizer, utilizando-se do mecanismo da antecipação, abordaremos, neste capítulo, o conceito de *Formações Imaginárias* (FI) elaborado por Michel Pêcheux, visando destacar como, a partir desse conceito, podem ser pensadas as projeções dos lugares sociais em posições sujeito no discurso, no que estão implicadas suas relações de força e de sentido.

Diante da pertinência da noção de FI para os estudos sobre projeção de imagens, ou de *representações imaginárias*, aprofundaremos a discussão abordando o *mecanismo da antecipação* como estratégia do discurso, a fim de colocarmos em evidência a capacidade de todo sujeito de colocar-se no lugar do outro na tentativa de “prever” e de controlar os efeitos de sentidos produzidos em seu interlocutor.

Também tecemos considerações, neste capítulo, sobre um modo de pensar a argumentação, numa perspectiva discursiva, tendo como referência procedimento da antecipação. Com isso, pensaremos sobre os efeitos enunciativos de “liberdade” do sujeito para “ajustar” o seu dizer conforme uma certa orientação argumentativa e ideológica pretendida, buscando controlar imaginariamente os sentidos de si, do outro e dos objetos de que tratam nas suas práticas discursivas.

2.1. Formações Imaginárias: imagens de si e do outro

Em 1967, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux ([1967] 1995) já mencionava no artigo *Observações para uma Teoria Geral das Ideologias*, que numa formação social dada, as relações sociais consistem num sistema de lugares que atribui a cada agente o seu lugar em relação aos demais. O estudioso partiu do saber lacaniano de que “o significante representa o sujeito para um outro significante” (LACAN, [1957-1958] 1999 *apud* PÊCHEUX, [1967] 1995, p. 75), a fim de explicitar que a cadeia sintática dos significantes determina o lugar para o sujeito. Por essa razão, o sujeito, enquanto significante pelo qual é representado, está vinculado a um lugar no imaginário social que o identifica a um certo ponto na cadeia, a um lugar que não deixa de ser o “efeito de sociedade” (PÊCHEUX, [1967] 1995, p. 75). Entende-se, com isso, que esse

mecanismo de identificação produzido pelos lugares que são representados no interior de uma formação social dada, constitui-se pela relação dos sujeitos, tanto com a língua quanto com a história. A partir dessa afirmação de Pêcheux, podemos pensar que as posições dos sujeitos são determinadas não só pelos lugares sociais que os sujeitos ocupam na estrutura social, mas, também, pela relação imaginária (ideológica) dos sujeitos com as condições reais de sua existência nessa estrutura e que se materializam de modo próprio pelo simbólico, pela linguagem.

Nesse sentido, Pêcheux ([1969] 2014) salienta que as formações imaginárias, ou seja, as representações imaginárias que os interlocutores fazem dos seus próprios lugares sociais e do referente do discurso fazem parte das condições de produção de todo discurso. Por esse viés, compreendemos que as formações imaginárias possuem um vínculo com as condições de existência histórica e social dos sujeitos, porém, sendo da ordem do imaginário e do ideológicos, se (re)apresentam nos discursos transformados e até deformados. As formações imaginárias são, assim, um mecanismo ideológico de projeção das condições de produção no discurso, podendo haver nesse processo discrepâncias entre lugar empírico e social dos sujeitos e sua representação nos discursos.

Dessa forma, o acontecimento da RT, cujas condições de produção mais amplas foram marcadas pela aliança ou litígio entre sujeitos inscritos em diferentes lugares sociais (governo, patrão, trabalhador, etc). Esses lugares, ao serem representados na propaganda oficial do governo Temer, não tem correspondência necessária com eles, já que o responsável pelo dizer se trata de um sujeito enunciador que, falando de seu lugar social de governo, projeta para seu lugar e para os lugares de seus interlocutores certas imagens. Portanto, no funcionamento discursivo das vídeo-propagandas da RT, temos um sujeito enunciador que, do lugar social de governo, projeta(-se) no discurso da propaganda imagens ou posições para o próprio governo, o patrão e o trabalhador, buscando representar e controlar os sentidos do seu lugar e dos lugares dos interlocutores. Daí a afirmação de Pêcheux ([1969] 2014, p. 81) de que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B [os interlocutores] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Dessa projeção dos lugares, portanto, resultam as posições-sujeito **no** discurso, ou seja, as posições atribuídas **para** os sujeitos e seus lugares, conforme o jogo imaginário colocado em funcionamento em cada conjuntura.

Podemos compreender a partir do que precede a distinção entre lugar e posição. Dada uma formação sócio-econômica resultante da combinação de vários modos de produção, com um modo de produção dominante (no caso, o modo de produção capitalista), diremos que o modo de produção capitalista reparte os agentes humanos em um número de *lugares*, entre os quais aquele da reconstituição e da manutenção da força de trabalho. Em relação a esse lugar, diferentes *posições* podem ser tomadas em função de conjunturas institucionais [...]. (PÊCHEUX, [1973] 2014, p. 217, grifos do autor)

Em síntese, a partir da noção de Formação Imaginária, Pêcheux ([1969] 2014) refletiu sobre o mecanismo imaginário pelo qual o sujeito discursivo projeta no discurso, do qual aparece como agente, imagens de seu próprio lugar e do lugar daqueles aos quais se dirige. Tais projeções, porém, não são subjetivas, mas determinadas social, histórica e ideologicamente, e isso significa que a partir do jogo das formações imaginárias em um discurso podemos reconhecer algo sobre o confronto entre lugares sociais e a posições-sujeito, inclusive efeitos de discrepância, distorção, apropriação, etc. O discurso é, portanto, o espaço simbólico em que podem ser observadas os modos de projeção e representação dos lugares sociais em/como posições-sujeito.

No que diz respeito à PRT, o jogo imaginário em questão se refere particularmente às imagens/representações que o governo faz de seu lugar e dos lugares do patrão e do trabalhador em face da proposta da reforma, o que resulta do *mecanismo de antecipação* de que trataremos a seguir.

2.2. A estratégia discursiva da antecipação

Pêcheux ([1969] 2014) aprofunda essa investigação ao precisar suas hipóteses a respeito das representações imaginárias no processo discursivo. Para o autor, as diversas formações resultam de processos discursivos anteriores, tendo em vista que o discurso é sempre pronunciado a partir de condições sociais e históricas marcadas pelo ideológico. Por essa razão, a substância que compõe as formações imaginárias decorre do “já dito”, de modo que, no funcionamento do discurso, o orador (locutor, enunciador) pode experimentar de certa forma o “lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 77). Essa possibilidade de antecipar a representação do ouvinte, constata o pesquisador, é constitutiva de todo discurso. Isso implica dizer que

do lugar de enunciador, o sujeito pode “experimentar” (ou simular) o lugar do ouvinte, como se “previsse” aquilo que o seu receptor “espera”. As representações do receptor por parte do emissor funda, assim, a *estratégia do discurso* (PÊCHEUX, [1969] 2014).

A partir dessa estratégia do discurso, consoante exemplifica Pêcheux ([1969] 2014), o diretor de prisão pode “adequar” seu discurso conforme a imagem dos detentos por ele “prevista”, e de acordo com a imagem que o diretor imagina corresponder àquela que os detentos formarão do lugar que ele ocupa. É essa *estratégia discursiva*, compreendida enquanto *antecipação de representações*, que funciona no processo discursivo da PRT, em que o sujeito enunciador, do lugar social de governo, coloca-se no lugar do sujeito trabalhador e “ouve” suas palavras. Em função dessa possibilidade de “experimentar” imaginariamente o lugar do seu interlocutor, o sujeito governo antecipa-se a ele, simulando efeitos de sentido que supostamente proviriam dele e de seu lugar. Nesse sentido, ao passo que a constituição ideológica do interlocutor virtual é antecipada, imaginariamente, pelo enunciador, revela-se que faz parte da estratégia do discurso “regular” a possibilidade de resposta ou reação dos dizeres do enunciador, ao situar e representar o lugar do interlocutor a partir do próprio lugar do qual se enuncia (PÊCHEUX, [1969] 2014).

Em decorrência do jogo imaginário produzido por meio dessa estratégia discursiva, Pêcheux ([1969] 2014) enfatiza que a antecipação das eventuais “respostas” do interlocutor pelo sujeito enunciador, mesmo inconsciente, afeta a produção do discurso. Em outras palavras, é a imagem que o sujeito do discurso constrói de si mesmo e do outro, dos lugares ocupados socialmente por ambos, que determina a produção do discurso, haja vista que o discurso encontra-se diferenciado quando o locutor, consoante exemplificou Pêcheux ([1969] 2014), exerce a tentativa de persuadir seu interlocutor. Trata-se, assim, de considerar que a possibilidade do locutor “regular” seu dizer parte da antecipação imaginária do lugar ocupado pelo ouvinte/leitor, de modo que ao experimentar o lugar do outro pelo seu próprio lugar, o locutor tenta “prever” os efeitos produzidos e, portanto, aquilo que o outro vai pensar ou mesmo o que deseja que ele pense. Antecipando, então, a representação do lugar onde os ouvintes/leitores o esperam, no caso da PRT, o sujeito enunciador governo, por exemplo, antecipa e regula seu dizer de acordo com os efeitos que imagina e deseja produzir sobre interlocutores, o patronato e o trabalhador.

Seguindo as formulações de Pêcheux, Orlandi (1998) destaca que a noção de antecipação está na base do mecanismo da argumentação. Em vista disso, nos

debruçaremos sobre a argumentação no processo discursivo a partir da sua vinculação às formações imaginárias, para compreender o complexo jogo entre os lugares sociais do governo, do patrão e do trabalhador em jogo no acontecimento da RT e suas representações (imagens, posições) na PRT.

2.3. A argumentação no processo discursivo

Pensando a relação entre argumentação e linguagem, Orlandi (1998) se propôs a abordar o estatuto e o lugar da argumentação na Análise de Discurso, ou seja, em sua articulação com a linguagem, o ideológico e o político. Para a autora, duas noções são basilares para a compreensão do “mecanismo da argumentação”: a de *antecipação* e a de *esquecimento*.

O mecanismo da antecipação, fundado na noção de formações imaginárias, remete ao nível da formulação do discurso, isto é, à dimensão do dizer em que se produz a ilusão de liberdade do sujeito para controlar sua posição de sujeito e de transparência dos sentidos do que diz ou pensa dizer. Entretanto, Orlandi lembra que o jogo de imagens em que se sustenta a possibilidade de antecipação para o sujeito é atravessado pela exterioridade do dizer, isto é, a memória, o interdiscurso, a dimensão da constituição de todo de todo discurso, estruturado pelo esquecimento da ordem do inconsciente:

[...] as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas (determinadas mesmo) pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não datado não representável (ORLANDI, 1998, p. 76).

O efeito imaginário de controle da argumentação remete também ao modo de constituição do sujeito e do sentido no discurso enquanto processo de interpelação-identificação do sujeito pela formação discursiva – aquilo que “*pode e deve ser dito*” em uma posição-sujeito dada numa conjuntura determinada (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147, grifo do autor – que domina seu dizer e dissimula sua relação com o interdiscurso – o conjunto do já-dito e esquecido dos dizeres, dos discursos outros. De acordo com Pêcheux ([1975] 2014, p. 161, grifo do autor), todo sujeito discursivo:

‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina ‘*um enunciado, forma ou seqüência, e não outro, que, no entanto, está no*

campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Nesta afirmação, o estudioso se refere também à margem de “liberdade” a partir da qual o sujeito enunciador de um discurso seleciona e regula o seu dizer no espaço da formação discursiva, esquecendo a determinação do interdiscurso.

A questão da argumentação enquanto processo de significação, portanto, pode ser melhor compreendida, sem cair na ilusão do sujeito causa plena de si e de seu discurso, quando consideramos o jogo entre a formulação e a constituição. O sujeito produtor de discurso, reitera Orlandi (1998, p. 78), tem sua posição constituída histórica e ideologicamente, e por essa razão, não há como ele alcançar a maneira como os sentidos se constituem nele. Do ponto de vista da constituição do discurso, entretanto, o sujeito não é tomado como origem em si mesmo e nem como um “feixe de intenções”, haja vista que tais intenções, afirma Orlandi, tornam-se “produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem o acesso direto”. Se o tem, é apenas parcialmente, pois, de modo geral, mesmo “se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este [...] produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade de verdade, pelas evidências do sentido” (ORLANDI, 1998, p. 78).

Retomando também aqui a questão das estratégias do discurso, podemos afirmar que, no nível da formulação, a estratégia discursiva nos dá acesso apenas à ilusão da consciência e da unidade de um sujeito controlador de si e do outro através da linguagem; no nível da constituição, a estratégia discursiva remete ao próprio processo de construção desses efeitos imaginários.

Isso nos leva à distinção entre real e imaginário do discurso, também formulada por Orlandi (2000, p. 74):

O que temos em termos de real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. De outro lado, a nível das representações, a unidade, a completude, a coerência, o claro e o distinto, a não contradição, na instância do imaginário.

Desse modo, para pensar as estratégias do discurso como estratégias de argumentação, é preciso levar em conta o jogo entre as dimensões da formulação e da constituição, do imaginário e do real dos sujeitos e dos sentidos no/do discurso.

Em vista disso, compreende-se que os argumentos são produtos de discursos historicamente determinados. Por esse viés, o sujeito produz seus argumentos sem modificar a sua posição-sujeito, pois, apesar da variedade de reformulações no jogo da argumentação, a posição discursiva do sujeito na relação com a história permanece a mesma, já que a variedade de reformulações toca o domínio da formulação dos dizeres e não da constituição (ORLANDI, 1998). Isso quer dizer que os argumentos dos sujeitos derivam de pré-construídos já determinados no nível da constituição e, em decorrência disso, seus argumentos são produzidos sob o efeito da evidência dos sentidos.

O mecanismo discursivo da argumentação desempenha um papel importante na representação dos sujeitos no discurso, considerando que o locutor pode antecipar-se ao seu interlocutor e prever, tomado pelo jogo de imagens, consoante a autora, aquilo que acredita que outro vai ou deve pensar. É, então, essa capacidade de coloca-se no lugar de representação do seu interlocutor que regula a argumentação, “de tal forma o sujeito se dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2013, p. 39).

Na obra de Michel Pêcheux datada de 1975, “Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio”, o autor já lançava as bases daquilo que Orlandi (1998) abordou nos seus estudos sobre a argumentação na perspectiva discursiva, como a capacidade do locutor regular o seu dizer, de maneira que se dirá de uma forma, ou de outra, de acordo com os efeitos que pensa produzir em seu interlocutor, conforme evidenciamos. Por sua vez, o autor explica que o sujeito do discurso afetado pela ideologia e pelo inconsciente, “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina “*um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 161, grifo do autor). O estudioso se refere, nesta afirmação, à margem de “liberdade” a partir da qual o sujeito seleciona e regula o seu dizer no espaço daquilo que “*pode e deve ser dito*” em uma posição-sujeito dada numa conjuntura determinada (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147, grifo do autor).

Na obra “A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso”, Orlandi (1983) discute, entre as questões relacionadas à tipologia do discurso, sobre a paráfrase, que corresponde às diferenças de argumentação produzidas de acordo com as diferentes relações de interlocução. Para a autora, tais variações da interlocução são determinadas pelo funcionamento da instituição que molda o discurso, como por exemplo, um sermão no caso da igreja, ou, acrescentamos, a propaganda política no caso do Estado. Por meio

deste ponto de vista, a estudiosa aponta que serão diferentes as “decisões antecipadoras” (ORLANDI, 1983, p. 116) do locutor, já que conforme afirma Pêcheux ([1969] 2014), as antecipações lidam com a distância presumida pelo enunciador entre ele e seu interlocutor. Quanto a isso, a estudiosa realça que a orientação da argumentação se estabelece em consonância com os tipos de discurso, fazendo com que essa orientação determine o tipo de relação diante do processo de interlocução, sendo ela: autoritária, lúdica ou polêmica. O procedimento argumentativo da antecipação caracteriza-se, sob esse aspecto, pela posição do locutor e do interlocutor, de um lado, e, de outro, pelo tipo de relação de interlocução, conforme o tipo de discurso.

Assim, é a partir da imagem que o enunciador tem dos sujeitos governo, patrão e trabalhador e dos saberes da reforma, num cenário de disputas – marcado pelo discurso polêmico, predominantemente –, que o processo argumentativo da antecipação toma uma orientação ideológica.

3. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao nosso propósito de tecer uma orientação sobre as especificidades que caracterizam a constituição do arquivo e construção do *corpus* da presente pesquisa, partiremos dos documentos que compõem o arquivo para, logo em seguida, delinear a configuração do *corpus*, visto que visando proceder à investigação de um determinado processo discursivo, explica Guilhaumou *et. al.* ([1986] 2016), é pertinente estruturar os arquivos submetidos à análise e a partir dos materiais coletados, bem como a sua análise prévia, construirmos o *corpus* discursivo.

No que se refere à organização do *corpus* discursivo, recorreremos às *Formas do Corpus*, que correspondem, afirma Courtine (2014), a um conjunto de dimensões concedidas às SD, visando atribuir assim uma série de traços intrínsecos à materialidade linguístico-discursiva sob pesquisa para, então, organizá-las na montagem particular que constitui um *corpus* determinado. Delimitaremos, ainda em consonância com a tessitura do plano de estruturação do *corpus* em AD, traçado pelo estudioso, o *Campo Discursivo de Referência* (CDR), impondo aos materiais uma gama de aspectos que apontam para o seu tipo de discurso, de maneira que os vincula a uma fonte, ou seja, o(s) locutor(es), e a um momento histórico determinado, o que concede ao *corpus* um caráter mais preciso.

Para finalizar o capítulo metodológico, teorizaremos sobre as noções de recorte e sequências discursivas, apontando os recortes que serão efetuados para a análise da PRT e os movimentos analíticos desenvolvidos.

3.1. Constituição do *corpus* da pesquisa

Pêcheux apresentou, brevemente, a concepção de *arquivo* em AD e a definiu, no seu sentido amplo, como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX [1994] 2014, p. 59). A partir do conceito proposto pelo estudioso, compreende-se, portanto, que é possível pensar a noção de arquivo como multiplicidade de documentos agrupados em função de uma temática de interesse. Nessa perspectiva, o arquivo sofre certa organização e tem sua constituição dirigida por uma leitura que, para além da mera leitura analítica, está sujeita a interpretações, à (re)leituras. Em outros termos, observa-se, pois, que a construção do arquivo está entrelaçada aos gestos de leitura que apontam para as diversas possibilidades de ler e interpretar os documentos que o integram (PÊCHEUX, [1994] 2014). Por esse viés, acrescenta Guilhaumou *et. al.*

([1986] 2016), p. 116), que o arquivo permite “[...] uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes”, ou seja, possibilita uma leitura que trabalha com processos de significação. Entende-se, assim, que o arquivo em AD é construído ao longo da pesquisa, segundo os objetivos, questões específicas formuladas e a necessidade da análise (GUILHAUMOU *et. al.* [1986] 2016).

Nessa perspectiva, buscamos constituir um arquivo que nos permitisse apreender o funcionamento do discurso governamental sobre a reforma Trabalhista, especialmente no que diz respeito aos efeitos de sentidos produzidos no jogo de posições-sujeito entre: governo, patrão e trabalhador, na propaganda de Estado do governo Michel Temer. Para tanto, elegemos a campanha publicitária: “Modernização Trabalhista. Nenhum Direito a Menos. Muitos Empregos a Mais”, composta por 11 vídeo-propagandas elaboradas com o intuito de disseminar, entre 2016 e 2017, a proposta de reforma da legislação que rege as relações de trabalho no Brasil: a Reforma Trabalhista. A campanha em questão tinha como propósito geral apresentar à população os supostos benefícios da proposta do governo para modificação a regulação trabalhista até então vigente.

Dentre a abundante variedade de campanhas publicitárias elaboradas pelo Estado e produzidas visando a ampla propagação da mencionada reforma, selecionamos, pois, a campanha cujas 11 vídeo-propagandas foram as mais assídua e intensamente veiculadas nos seguintes suportes midiáticos: a televisão aberta – Rede TV Globo, SBT e Record –, nos horários nobres das emissoras, ou seja, nos momentos considerados mais onerosos e com máxima audiência no dia; a plataforma oficial do governo do Brasil no *youtube*¹⁴; e a página institucional do Governo do Brasil no *facebook*¹⁵.

O *corpus* da pesquisa é composto, de modo geral, pelas seguintes 11 vídeo-propagandas, elencadas conforme a ordem de publicação na página oficial do governo do Brasil no *youtube*:

1. A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o empregador.
2. A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o trabalhador.
3. A modernização trabalhista favorece a geração de empregos.
4. A modernização trabalhista permite a divisão de férias.
5. Com a modernização trabalhista, ficou mais justo ter opção sobre a contribuição sindical.

¹⁴ Link de acesso: <https://www.youtube.com/user/CanalPortalBrasil/videos>

¹⁵ Acesso: <https://www.facebook.com/governodobrasil/>

6. Modernização trabalhista: trabalhar de casa já é uma realidade.
7. Modernização trabalhista: negociações justas e precisas.
8. Contratações com jornadas imprevisíveis são formalizadas.
9. Diferentes formas de contratação trazem benefícios ao mercado.
10. Flexibilidade na pausa de almoço beneficia trabalhadores.
11. Regulamentação do home office trouxe flexibilidade de jornada.

Essas 11 vídeo-propagandas que integram o nosso *corpus* adquiriram relevância para esta pesquisa, sobretudo, em virtude da vasta exposição midiática, responsável pela extensa difusão do conteúdo da RT para um número bastante expressivo de pessoas, sob diferentes e diversas facetas propagandísticas, além daquelas já citadas –, a TV aberta, o *youtube* e o *facebook* –, podemos mencionar, também, as revistas Exame, Época e Veja, na versão impressa e digital (que não fazem parte do *corpus* da pesquisa).

Esse excesso de comunicação – conforme Ernst-Pereira (2009): uma presença demasiada no discurso – do governo com a população sobre a RT nos chamou a atenção por sugerir, ao mesmo tempo uma vontade de produção de consenso e um sintoma de dissenso – divisão política do corpo social. Por essa razão escolhemos a campanha da RT do governo como unidade de análise para problematizar as relações entre linguagem, Estado e sociedade.

Numa fase de análise exploratória do nosso *corpus*, o estranhamento causado pela presença do excesso¹⁶, materializado, de um lado, pela multiplicidade de recursos publicitários ou de marketing utilizados nas peças da campanha e, de outro, pela repetição incessante dos dizeres em torno da PRT, levou-nos à hipótese de que a propaganda governamental sobre a reforma, sob a aparência da produção de efeitos de evidência e de consenso social, trazia vestígios de um funcionamento polêmico entre as relações entre sujeitos históricos e ideologicamente divergentes ou antagônicos, cujo lugar de observação seria o jogo de representações (imagens, posições-sujeitos) projetado acerca dos lugares sociais e ideológicos do próprio governo, do patronato e dos trabalhadores. Nesse jogo de representações, os lugares sociais em questão são acionados mediante um jogo de “interlocução” imaginário, configurando uma discursividade em que os lugares reais – divergentes, antagônicas e contraditórias – dos

¹⁶ O governo Michel Temer é caracterizado por produzir um vasto repertório de campanhas publicitárias e utilizar um conjunto múltiplo de veículos midiáticos para propagá-las, abordando, inclusive, uma reforma específica a partir de diferentes peças publicitárias em mídias diversas, a exemplo das propagandas sobre a Reforma da Previdência Social, a Reforma do Ensino Médio e a Reforma Trabalhista.

sujeitos implicados nas relações de trabalho (governo/patrões/trabalhadores), embora nomeados e posicionados como diferentes, são representados como igualmente interessados e beneficiados pelas mudanças pretendidas pela da RT.

Ressaltamos, portanto, que, no corpus da PRT, os lugares de governo, patrão e trabalhador não correspondem necessariamente aos lugares objetivos reais, mas a representações imaginárias projetadas e transformadas na materialidade do discurso propagandístico do governo.

Com base nesse funcionamento, organizamos o *corpus de análise* da PRT, e, em seguida, detalhamos os procedimentos analíticos adotados.

3.2. A construção e o tratamento do *corpus de análise*

A noção de *corpus* desenvolvida na Análise do Discurso consiste, de acordo com Pêcheux e Léon ([2014] 1980, p. 165), em um conjunto heterogêneo de documentos que não se resume a um banco de dados, pois para os estudiosos, o *corpus* corresponde a um “sistema diversificado, estratificado, disjuncto e laminado, internamente contraditório”, e não pode ser definido como sendo um “reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas”. Por não ser um “conjunto homogêneo”, como os autores afirmaram, Courtine (2014) acrescenta que se faz pertinente configurar o *corpus* evidenciando as suas características que, por um lado o delimitam, e por outro, funcionam como os critérios de constituição para delinear os documentos nele reunidos, a partir da perspectiva da pesquisa. Tais critérios, para o autor, são trabalhados segundo um conjunto de *dimensões* que conferem uma *forma* ao *corpus* discursivo. E esta *forma*, com base no estudioso, atribui organização ao *corpus* através da elaboração de critérios determinados em função das questões e dos objetivos elencados em cada pesquisa¹⁷.

Assim, nosso *corpus* da propaganda sobre a Reforma Trabalhista é constituído, consoante as dimensões propostas pelo autor, por várias sequências discursivas produzidas a partir de uma mesma posição enunciativa e ideológica – a posição pró-reforma da leis trabalhistas, inscrita numa FD economicista neoliberal –, embora do ponto de vista das formações imaginárias do campo das relações de trabalho, as peças

¹⁷ A *forma* do *corpus* proposta por Courtine (2014), é caracterizada por seis dimensões que apresentam cada uma a oposição de duas restrições possíveis: 1) *corpus* constituído por uma sequência discursiva ou por várias sequências discursivas; 2) produzido por um locutor ou por vários locutores; 3) a partir de posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas; 4) produzidas em sincronia ou diacronia; 5) *corpus* de arquivo ou experimental; 6) composto de dimensões simples e de dimensões complexas.

da PRT simulem falar de lugares heterogêneos, isto é, do governo, mas também dos padrões e trabalhadores. Podemos afirmar, também, que as peças que compõem a PRT apresentam relativa homogeneidade quanto às circunstâncias em que foram produzidas e tiveram circulação, isto é, o breve intervalo que antecedeu a discussão e aprovação da RT, entre 2016-2017.

Considerando ainda a noção de *campo discursivo de referência* (CDR) elaborada por Courtine (2014), que remete ao “tipo de discurso”¹⁸ a que se inscrevem as sequências do *corpus*, situamos nossas sequências na confluência entre dois campos discursivos político e da propaganda, na medida em remetem às práticas de comunicação pela propaganda e as práticas e questões da política, no caso a política de governo do Estado.

No que se refere ao *discurso político*, Orlandi (1983) evidencia que esse discurso pode apresentar como traço marcante o seu caráter polêmico, com aspectos persuasivos, visto que está relacionado a um espaço de conflito entre os interlocutores, disputando-se um sentido e buscando-se privilegiar outro(s). O discurso político é, portanto, produzido sob o que a autora denominou de *perspectivas particularizantes*, que desejam direcionar os sentidos, organizando-os socialmente, por um lado, através do controle da polissemia (poder/dever dizer) e, por outro, pela atribuição (distribuição) social de posições-sujeito, – projeção imaginária de posições (sentidos e saberes) – que contribuem, de tal maneira, para a construção da *monofonia*, ou seja, para a produção do efeito de unicidade do sentido (o consenso) (ORLANDI, 1983; 1989).

Por esse viés, Cavalcante (2007, p. 64) acrescenta que no discurso político:

trava-se uma luta entre dois polos. De um lado, a luta pela estabilização dos discursos oficiais/institucionais, veiculados pela imprensa oficial, pela propaganda oficial, por todo um conjunto de textos jurídicos e didáticos veiculadores de um consenso dominante. Do outro lado, esses mesmos discursos, ao tempo em que lutam pela estabilização, investem na desestabilização de discursos que ‘precisam’ ser controlados/apagados – os discursos contestatórios que veiculam dissensos de qualquer ordem.

¹⁸ “Se entendemos por ‘universal de discurso’ o conjunto potencial dos discursos que poderiam ser objeto de um tratamento, constatamos que a operação de extração consiste primeiramente em delimitar um *campo discursivo de referência* (quer se trate de um tipo de discurso, por exemplo, o discurso político, do discurso que tange a uma fonte particular no interior do campo do discurso político, por exemplo, o discurso político produzido por tal locutor ou tal formação política, do discurso que tange a uma fonte e a um momento histórico determinado, por exemplo, o discurso político produzido por tal formação política, em tal conjuntura, etc)” (COURTINE, 2014, p. 54, grifo do autor).

No caso de nossa pesquisa, esse caráter duplo do discurso político, isto é, de estabilização e desestabilização se mostra no plano das projeções imaginárias dos lugares do próprio governo, do patronato e dos trabalhadores que se materializam na posição do sujeito enunciador político da PRT – o governo de Michel Temer, que representa ideologicamente os interesses econômicos das parcelas da classe dominante favoráveis à implementação da RT. Essas projeções, conforme demonstraremos no capítulo de análise deste trabalho, cumprem os dois papéis mencionados por Cavalcante: produzir o consenso em torno da posição neoliberal pró-reforma do governo (e seus aliados de classe, em especial, no caso, o patronato), e controlar/apagar o dissenso, ou seja, as posições que, no exterior do discurso governamental, ameaçam o consenso desejado (posições dos que se colocaram contra a reforma, representando os interesses dos trabalhadores).

Nesse sentido, se trata de um discurso de informação-propaganda de viés ideológico neoliberal reformista oriundo do aparelho do Estado em relação com o exterior social e discursivo de outros lugares e posições, com os quais simula um diálogo.

Considerando as evidenciadas especificidades do *corpus* de análise da PRT, nos dedicamos a traçar os procedimentos que alicerçam nossa análise.

3.3. Movimentos de análise da PRT

Sabendo que a análise não é constituída, consoante Orlandi (2013), com base em dados, mas na delimitação de fatos de linguagem que representem o processo discursivo investigado, partiremos, então, do recorte de sequências discursivas, que correspondem a “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2014, p. 55) para assim compreendermos o jogo estratégico de representação dos lugares de governo, patrão e trabalhador materializado na PRT, considerando que a questão central desse estudo reside na compreensão dos modos como esses lugares são mobilizados e relacionados visando a fabricação do consenso sobre a implementação da RT.

Sobre o ato de *recortar*, Orlandi (1984, p. 14) mostra que o “[...] recorte é uma unidade discursiva”, ou seja, se constitui de fragmentos de linguagem e situação, posto que é, sobretudo, uma porção de unidade discursiva que torna visível a produção de sentidos. Sendo assim, por meio de recortes, que não deixam de ser os *procedimentos de segmentação*, em conformidade com Courtine (2014), serão obtidas SD em consonância

com os objetivos que orientam nossa pesquisa. Os recortes de SD não são extraídos de forma automática, pois resultam de uma construção teórico-analítica, que ocorre pela vinculação estabelecida entre os pressupostos teóricos do campo de pesquisa, os objetivos de investigação e unidade de análise (ORLANDI, 1984).

Nosso movimento de análise será então concretizado através do batimento entre a descrição e a interpretação de sequências discursivas em função das questões elencadas na pesquisa. Em conformidade com as regularidades observadas no discurso da PRT, teceremos três movimentos de análise buscando compreender, em última instância, a maneira que o sujeito enunciador da propaganda sobre a RT mobiliza e relaciona os lugares de governo, patrão e trabalhador, visando produzir o efeito imaginário de consenso.

No primeiro movimento, analisamos a representação da posição-sujeito governo; no segundo, a do sujeito patrão; e no terceiro, a do sujeito trabalhador. No primeiro movimento, consideraremos como unidades de análise o *slogan* da PRT, que em todas as suas 11 vídeo-propagandas, bem como SDs e recortes nas vídeo-propagandas 1 e 2, tendo em vista que nelas o sujeito enunciador é posicionado no lugar social de governo. Nos demais movimentos, por razões análogas, tratamos de SDs e recortes de vídeo-propagandas em que o sujeito enunciador está posicionado nos lugares de patrão ou trabalhador: no caso da análise da representação do sujeito patrão, as SDs e recortes se referem às vídeo-propagandas 3 e 4; no da representação do sujeito trabalhador, aos vídeos 5, 6, 7 e 8.

4. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA PROPAGANDA DA REFORMA TRABALHISTA: Fabricação do consenso político e mascaramento das relações de classe

[...] urge demorar-se na reflexão teórica e política e na análise dos processos históricos em que estamos submergidos, para não sermos capturados por esses modelos de *cidadãos modernos*, oferecidos como *prêt-à-porter* ideológico pelo discurso neoliberal tão na moda.

Mônica Zoppi-Fontana¹⁹

Entendemos que, sob aparência de um discurso de unidade, aliança entre governo, patronato e trabalhadores, a PRT se inscreve e revela o campo das contradições e conflitos político-ideológicos entre esses agentes da formação social capitalista, em particular acerca das propostas políticas de reforma do Estado em suas diversas áreas. Portanto, na análise da PRT, é preciso considerar que se suas formulações, por um lado, se inscrevem numa FD neoliberal pró-reforma, que determina, de seu interior, aquilo que pode e deve ser dito sobre a reforma, de outro, esta FD não existe isolada das relações com seu exterior sócio-histórico e discursivo específico, ou seja, com outras redes de formulações, outras FDs, que demarcaram posições contrárias à RT.

Em outros termos, embora o discurso sobre as relações de trabalho (ou sobre o trabalho) materializado na propaganda da RT produza um efeito de aparente ausência do polêmico, os sentidos e os saberes em torno da reforma referida foram alvo de disputas e resistências no conjunto da sociedade. A interlocução simulada nas peças da PRT é assim tensionada, do seu exterior por práticas discursivas e não discursivas que marcaram o cenário político-histórico brasileiro, desde a institucionalização do golpe “legal”, em 2016.

Em meio aos dissensos/desentendimentos que determinaram os processos históricos e políticos em torno da RT, o discurso midiático propagandístico produzido pela instituição estatal fez circular sentidos sobre o trabalho, utilizando-se da PRT (nos mais diversos suportes midiáticos), com vistas à administração dos conflitos sociais através do gerenciamento das interpretações discordantes acerca da RT, apagando/silenciando posições e sentidos diferentes e divergentes da posição dominante no discurso oficial do Estado.

¹⁹ Obra: *Cidadãos Modernos: Discurso e Representação Política*, de Mônica Zoppi-Fontana (2014, p. 12).

Aprofundaremos nossas reflexões a partir de materialidades discursivas retiradas do único *slogan* que acompanhou a PRT em todas as 11 vídeo-propagandas da campanha. Tal *slogan* se difere das demais publicidades estatais produzidas e veiculadas no mesmo período, durante o governo Temer, como as outras propagandas sobre a RT, o “Novo Ensino Médio” e a “Reforma da Previdência”, justamente por ser representado por um *slogan* definido e único, marcado pela repetição, reunindo em si as palavras-*slogan* que sintetizam as ideias centrais da campanha, de modo que representa a orientação ideológica geral do sujeito governo em relação à aprovação e implementação da RT.

4.1. A representação do sujeito governo

Com base no litigioso estado das condições de produção do discurso sobre a RT, deve-se considerar que o *mecanismo da antecipação*, definido como capacidade de todo sujeito de se projetar a partir de seu lugar de orador para o lugar do seu ouvinte, propicia ao locutor a possibilidade de “ajuste” do seu dizer, “de tal forma que o sujeito se dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2013, p. 39). Ao mencionar tal capacidade do sujeito de “ajustar” seu dizer, a estudiosa não se referia a um feixe de intenções do sujeito do discurso, mas ao mecanismo que dirige o processo de argumentação do sujeito locutor e suas variações conforme o interlocutor seja tomado como cúmplice ou adversário absoluto. Sabendo que as relações entre os sujeitos governo, patrões e trabalhadores são conflituosas e tensas, entendemos, portanto, que o sujeito governo “se dirá de um modo” que ajusta seu dizer sobre a RT a seus objetivos políticos, levando em conta interesses e posições de classes.

O sujeito enunciador da PRT – o governo – enuncia de uma posição-sujeito institucional, constituída histórico-politicamente, que já significa enquanto lugar de poder instituído e legitimado porque fala de um lugar de autoridade estatal. A densidade histórica que este sujeito enunciador carrega o projetam como um representante autorizado pelo povo para produzir ações e iniciativas em prol do interesse público e também repassar informações supostamente dirigidas a esclarecer medidas a serem tomadas para solucionar problemas de ordem social. Por isso, ao nosso ver, o sujeito governo enuncia “didaticamente” ao se dirigir para o público ao qual ele se refere – os sujeitos trabalhadores e a população em geral –, e tal forma de se reportar o coloca

como detentor de um “saber” privilegiado sobre a RT, que é reforçado pelo imaginário de autoridade estatal do qual é representante, construindo assim a ilusão de que enuncia de uma posição-sujeito dotada de neutralidade e objetividade e, portanto, isenta de interesses partidários e/ou privados.

No entanto, ao enunciar a partir de um lugar de autoridade que se pretende neutro e didático, o sujeito enunciador fala também afetado pelo jogo conflituoso e tenso de posições estabelecido entre sujeito governo e sujeito trabalhador, haja vista que em contraposição à referida reforma proposta pelo governo Michel Temer, e de maneira abrangente, à intensificação da agenda neoliberal no nosso país, proliferaram as ações de contestação e resistência protagonizadas pelos setores e movimentos sociais do campo do trabalho, marcadas por manifestações e atos públicos denunciando as falácias do discurso governamental e os prejuízos da RT para os trabalhadores e para a sociedade, tendo em vista sua vinculação a uma agenda neoliberal de retirada de direitos e o aprofundamento da exploração nas relações de trabalho.

Portanto, na análise da PRT, se faz necessário considerar a relação da língua com seu exterior histórico e interdiscursivo, focalizando os vestígios, na materialidade das formulações dessa propaganda, de relações com a exterioridade conflituosa entre governo, trabalhadores e patrões inscritas na memória social e discursiva: as posições críticas à reforma, as diferentes posições sobre os problemas que a RT supõe resolver, etc. Com isso, se pode fazer ver e compreender, sob a aparente transparência das palavras, a equivocidade dos sentidos e das posições em jogo no discurso reformista oficial: “relações de contradição, antagonismo, aliança, absorção” (COURTINE, 2014, p. 33).

Uma maneira de realizar esse trabalho sobre a memória dos discursos é buscar quebrar da evidência das palavras mediante o estabelecimento de suas relações de paráfrase/metáfora²⁰, sua vinculação a certas redes relações de força e de sentidos presentes e ausentes na constituição de um discurso. É como procederemos, a seguir, na análise do *slogan* da PRT, que representa nossa primeira sequência analítica (Fig. 1).

²⁰ A noção de *paráfrase* é definida por Pêcheux ([1975] 2014, p. 169) como a “matriz do sentido”, pois é imprescindível para a produção dos sentidos. Segundo o pesquisador, os sentidos podem ser constituídos em relação a dois funcionamentos: o do mesmo, que é o da repetição, assegurando, assim, “a estabilidade da forma lógica do enunciado”; e o da alteridade, ou seja, da “diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento e de deriva” (PÊCHEUX; LÉON, [1982] 2014, p. 172). Já no que diz respeito à *metáfora*, “chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 96, grifo do autor).

Figura 1: *Slogan* da PRT



Fonte: BRASIL, 2017.

Um dos aspectos que caracterizam a função do *slogan*, evidencia Reboul ([1975] 2001), é a possibilidade de resumir de maneira incisiva e em caracteres curtos as ideias centrais de determinada propaganda, apresentando a partir de uma formulação simples e marcante, os interesses e as necessidades que guiam fortemente a orientação de quem o produziu. Embora sua existência seja anterior à propaganda, o *slogan* é um dos atributos que integram a publicidade comercial e política, visto que desempenha o papel de informar e/ou explicar através da sua capacidade de sintetizar, repetir e difundir de maneira estratégica as convicções que dirigem essa forma de comunicação, buscando persuadir o seu público-alvo. Em vista disso, não é por acaso, afirma o autor, que o *slogan*²¹ adquire um aspecto nocivo, já delineado, de modo embrionário, por Hitler, em *Mein Kampf*, uma vez que a propaganda de tipo fascista consiste em utilizar-se das técnicas e “leis” da publicidade para martelar ideias até que o último dos ouvintes as retenha (REBOUL, [1975] 2001).

Pensando na eficácia do *slogan* em propagar uma ideia de forma concisa segundo a orientação e os interesses daqueles que o produziram, elegemos o *slogan* da PRT como SD1, haja vista que apresenta a propriedade de definir a direção geral dos sentidos e saberes da posição do sujeito governo em relação ao trabalho e, em particular, à RT. Cabe observar ainda que a propaganda política se caracteriza, como mencionamos no capítulo 2, pela repetição, simplificação, apelo emocional, ameaças veladas e promessas. Essas características se fazem presentes na PRT e de maneira exemplar no *slogan* que lhe serve de mote principal.

Utilizando enunciados sucintos de uma maneira incisiva, a SD1: “Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais” sintetiza as ideias

²¹ O *slogan*, para Reboul, pode ser definido da seguinte maneira: “[...] quando o enunciado comporta não apenas uma indicação, um conselho ou uma norma, mas uma pressão; quando as palavras não desempenham mais uma função de informar ou prescrever, mas a de mandar fazer; quando a linguagem não serve mais para dizer, mas para produzir coisa diferente do que diz. Slogan, quando fala é arma” (REBOUL, [1975] 2001, p. 13).

norteadoras da campanha publicitária sobre a reforma Trabalhista do governo Temer e, assim, demarca a **posição do sujeito neoliberal pró-reforma** na qual seu sujeito enunciador – o sujeito governo – se inscreve e que sinaliza a orientação ideológica dominante na campanha acerca do trabalho, de seus agentes e relações na estrutura social.

A SD1 é constituída por três formulações que tratam sobre o sentido geral da mencionada reforma através de declarações afirmativas e categóricas, salientando os argumentos (efeitos de sentido), a partir dos quais o governo pretendia convencer a população em geral, e os trabalhadores em especial, sobre a necessidade e vantagens da implementação da RT: a *modernização* das relações de trabalho, a garantia dos *direitos* trabalhistas e a o aumento na geração de *emprego*. Essa “separação” em temáticas é atestada pela utilização do ponto final posto entre as formulações, demonstrando, pois, que cada enunciado produz efeitos de sentidos específicos a favor da PRT. Por isso, analisaremos separadamente cada formulação.

Na SD1, a primeira formulação – “**Modernização Trabalhista**” – adquire o maior destaque entre as três formulações que compõem a SD devido ao seu realce textual em negrito²², cujas letras maiúsculas nas iniciais das palavras distinguem e particularizam o enunciado para assinalar sua função específica de título da campanha, estando considerada a exterioridade específica da PRT, em relação de paráfrase com a expressão “reforma trabalhista”. Nessa relação, nos interessa o deslizamento de “reforma” para “modernização”.

Na SD1, a utilização da expressão “modernização trabalhista” implica, do ponto de vista interdiscursivo, num *deslizamento de sentido*²³ de “reforma trabalhista”, como se houvesse uma equivalência sinonímica e evidente entre os sentidos de “reformular” e “modernizar”.

No entanto, não se trata da “repetição do idêntico”, mas, de um deslizamento de sentido que atribui um “significado novo” à RT e, assim, a ressignifica, pois, a palavra

²² Ressaltamos que há três diferentes configurações deste mesmo *slogan*, isto é, nas 11 vídeo-propagandas identificamos três formas distintas utilizadas para retratar o *slogan* da RT, modificando apenas a fonte das letras e as cores. Entretanto, já os destaques (negrito e letras maiúsculas) na formulação “Modernização Trabalhista” podem ser observados em todos os três *designs* encontrados.

²³ Pêcheux evidencia que as palavras não tem um sentido ligado à sua literalidade. Por isso, todo discurso é marcado pela possibilidade de deslizamentos de sentido, uma vez que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. [...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX [1990] 2015, p. 53).

“reforma”, estrategicamente não-dita ou “esquecida”, não está no mesmo campo de eficácia do enunciado “modernização trabalhista”, sugerindo então que esse “novo perfil” de reforma – a reforma para “modernizar” a legislação trabalhista – redefine a RT, significando-a como uma questão meramente relacionada a modernizar a esfera do trabalho e suas relações político-econômicas.

Um aspecto importante para compreender algo mais acerca desse jogo metafórico entre “reforma trabalhista” e “modernização trabalhista” assenta no movimento tenso entre o processo parafrástico (o mesmo), que possibilita o retorno ao mesmo espaço do dizível, ao já-dito que se repete e produz, num retorno constante, a variedade do mesmo dizer, e o processo polissêmico (o diferente), que permite mudanças e transformações, rupturas e deslizamentos de sentido (ORLANDI, 2013).

Com essas considerações orlandianas sobre as duas forças na qual se alicerça todo o funcionamento da linguagem (paráfrase e polissemia), percebemos, então, que a “substituição” do termo “reforma” pela expressão “modernização”, considerada a materialidade histórica dessas palavras, aponta que não se trata de simples tomada de uma expressão por outra.

A troca de “reforma” por “modernização” tem também como efeito afastar sentidos negativos inscritos na memória das “reformas” levadas a cabo por governos alinhados com os interesses do capital e do rentismo, a exemplo das tentativas de reformas trabalhistas realizadas vários governos, desde os liberais aos desenvolvimentistas, sempre denunciadas pelos movimentos e entidades de servidores públicos e do setor privado.

A seleção da expressão “modernização trabalhista”, portanto, ativa as complexas relações de sentido e de força ligadas de um lado à “flexibilização” das leis trabalhistas e, em contrapartida, à “desregulamentação de direitos”. “Modernização”, na discursividade que sustenta a PRT, equivale a “flexibilização”. Entretanto, do ponto de vista das posições antagônicas, a equivalência de “flexibilização” é “desregulamentação”. O princípio último da ideia de *flexibilização*, segundo Ramos e Dionisio (2016), repousa sobre a “valorização” das negociações individuais em detrimento da coletiva (prevalência do negociado sobre o legislado).

Entretanto, na PRT, a flexibilização é apontada como o recurso que conduziria à reformulação da legislação trabalhista, “modernizando-a”, em oposição à manutenção dos “privilégios anacrônicos concedidos” pela CLT. Esse modelo “flexível” e “novo”, que propõe a “modernização trabalhista”, na SD1, se opõe, ao “velho”, isto é, ao

“sucateamento e atraso” atribuídos à CLT, rotulada pejorativamente de “paternalista”, já que estaria assegurando “direitos trabalhistas em excesso” e assim engessando a geração de postos de emprego. Por essa razão, para os defensores da RT, a legislação trabalhista vigente (desde 1943) seria uma excecência, conforme enfatiza Teixeira *et. al.* (2017):

[...] um **anacronismo que ‘engessa’ o mercado de trabalho** porque impõe limites à **livre contratação de trabalhadores**. Ela estaria também ultrapassada à luz das mudanças promovidas na dinâmica do capitalismo internacional a partir das últimas décadas do século XX: a difusão de um novo padrão de industrialização baseado em empresas enxutas, em novas formas de organização e gestão da força de trabalho, em um processo de fragmentação das cadeias produtivas e no acirramento da concorrência exigiria a adaptação da regulação estatal às condições de um mercado cada vez mais ‘globalizado’. [...] Não por acaso, **desregulamentação e/ou flexibilização das relações de trabalho** se tornam palavras de ordem dessa reforma supostamente modernizadora. [...] Trata-se, desse modo, de criar as condições para prevalência do mercado na determinação da relação de emprego [...] (TEIXEIRA *et. al.* 2016, p. 41-42).

A seleção estratégica da expressão “modernização trabalhista” coloca em jogo, portanto, apenas as seguintes “possibilidades de escolha” entre: o “velho” (a CLT), que faz referência a algo ultrapassado e pertencente ao modo antigo da legislação sobre o trabalho, não contemplando, no século XXI, as novas necessidades do mercado de trabalho ou, por outro lado, o “novo” (“modernização trabalhista”), que é apresentada como eficaz, e capaz de promover as mudanças estruturais para elevar a um outro patamar a economia, redirecionando a produtividade e competitividade a partir da flexibilização/desregulamentação das relações trabalhistas.

Isso significa que a expressão “reforma trabalhista”, que remete a uma região de saberes e demandas provenientes do âmbito político-institucional, desliza para a expressão “modernização trabalhista” produzindo *um efeito de atualização das relações de trabalho*, de reestruturação produtiva, que faria parte de um sistema de inovações técnico-organizacionais a serem instaurados no campo do trabalho como única alternativa possível de retirada do Brasil da crise, isto é, do suposto cenário econômico turbulento que assolava o mercado financeiro mundial e ainda ressoava (em 2016) sinais de esmorecimento econômico.

No tocante às possíveis discussões sobre a existência verídica ou falaciosa da crise, interessa-nos frisar apenas que o panorama de fragilidade econômica, ou seja, da crise, aliado ao “sucateamento” atribuído à CLT, foram utilizados como pretextos para

que fosse estabelecido, de maneira vertiginosa, um conjunto de providências – dentre elas a RT – como medida para a manutenção da produtividade econômica brasileira, que partiria, portanto, de uma nova dinâmica nas relações de trabalho, pautada, desta vez, na “modernização trabalhista” (flexibilização), que se pretende estar à frente das relações de trabalho até então traçadas, simulando mudanças no que se refere à exploração do trabalho pelo capital (NOGUEIRA, 2015). Ou seja, para tentar contornar a crise, o capital se reorganiza em um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Isso significa que esse processo de reestruturação produtiva do capital traz no interior do seu conjunto de reformas estruturais, a ressignificação de seu sistema ideológico e político de dominação (ANTUNES, 2009).

Essa atualização das relações de trabalho no contexto da crise é revestida de um direcionamento de adesão, de consenso ao projeto de aprovação e implantação da RT, correspondendo assim a uma das formas de apagamento das evidências ideológicas: a de que o fundamento da legislação trabalhista é pautado em princípios mercadológicos sobretudo, porque esse deslize, evidenciado na SD1, de maneira sutil, deriva do campo político-institucional (“reforma trabalhista”: Estado e trabalho) para o plano econômico (“modernização trabalhista”: capital e trabalho).

Utilizando-se desse cenário de forte crise político-econômica, o governo Temer retoma a RT na agenda nacional com o intuito de estabelecer um ambiente institucional favorável para o capital produtivo sob a aparência da “modernização”/“flexibilização”, conforme assinalam as palavras-chave “**modernização trabalhista**” e “**flexibilização**”, temas centrais dos títulos das 11 vídeo-propagandas que nomeiam a campanha da RT:

1. A **modernização trabalhista** chegou e quem ganha com isso é o empregador.
2. A **modernização trabalhista** chegou e quem ganha com isso é o trabalhador.
3. A **modernização trabalhista** favorece a geração de empregos.
4. Diferentes formas de contratação trazem benefícios ao mercado.
5. Com a **modernização trabalhista**, ficou mais justo ter opção sobre a contribuição sindical.
6. **Modernização trabalhista**: trabalhar de casa já é uma realidade.
7. A **modernização trabalhista** permite a divisão de férias.
8. **Modernização trabalhista**: negociações justas e precisas.
9. Contratações com jornadas imprevisíveis são formalizadas.
10. *Flexibilidade* na pausa de almoço beneficia trabalhadores.

11. Regulamentação do home office trouxe *flexibilidade* de jornada.

Essa incorporação da modernização/flexibilização na legislação que rege as relações de trabalho como o subterfúgio para a adoção de medidas que favoreçam o setor privado é marcada também no projeto “Uma Ponte para o Futuro”, sob a seguinte perspectiva: O Estado deve prezar pela agilidade e eficiência das leis sobre o trabalho ao retirar a rigidez “responsável” pelo desemprego e informalidade e implementar reformas que zelem pelo ideal do mercado. Tais constatações podem ser observadas no projeto “Uma Ponte para o Futuro”:

Recriar um ambiente econômico estimulante para o setor privado deve ser a orientação de uma política correta de crescimento. Tudo isto supõe a ação do Estado. **Temos que viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado [...]. [...]** caberá ao Estado, operado por uma maioria política articulada com os objetivos deste crescimento, **com base na livre iniciativa, na livre competição e na busca por integração com os mercados externos, realizar ajustes legislativos em áreas críticas** (PMDB, 2015, p. 17, grifos nossos).

Isso significa que a RT estabelece parâmetros para realizar um processo de suposta “negociação coletiva”, que irá reger de maneira “equitativa” as relações trabalhistas ao flexibilizar as normas de proteção social do trabalho. Em síntese, fundamentou-se a proposta da RT na supremacia do negociado sobre o legislado, tendo como base os seguintes “novos” pressupostos para a organização da legislação trabalhista: *modernizar e flexibilizar*.

Ainda na SD1 em questão, destacamos a formulação “Nenhum direito a menos”, cujo *slogan*-título, diferentemente da expressão que o precede, aparece em letras simples, sem negrito e nenhum outro destaque além de ocupar o lugar central dentre as palavras-*slogan*. Sua configuração simples parece sugerir uma das implicações da efetivação da “modernização trabalhista”: a não retirada de direitos, definindo, de tal forma, o que a reforma não é, ao mesmo tempo que evidencia, pela negação, o que a reforma não concede: direitos. Aparentemente, esse enunciado não passa de uma afirmação categórica que traça um dos supostos “benefícios” da implantação da RT, mas deve-se observar, no entanto, que se trata de uma ressalva: a de que reforma não estaria servindo a propósitos escusos como estratégia de desmonte das políticas sociais e trabalhistas.

Tal ressalva é produzida no interior dos embates sobre o “novo” modelo de reforma sobre a legislação trabalhista, nos quais a elevada rejeição dos setores e movimentos sociais do campo do trabalho às medidas que incorporaram a RT do governo Temer, desencadeou uma multiplicidade de movimentos de resistência, dentre eles: greves, ações de contestação e manifestações contrárias à implementação da legislação trabalhista nos moldes então propostos. Nesse sentido, a mencionada ressalva emerge como resposta dirigida aos que integraram as contraposições à RT, ou seja, aos que poderiam comprometer o discurso de adesão ao projeto da reforma, são eles: setores e movimentos sociais do campo do trabalho, especificamente aos que contestaram a retirada de direitos e as organizações sindicalistas (cuja posição-sujeito será nomeada, de maneira abrangente, de trabalhadores-sindicalistas).

Considerando essa relação tensa entre as posições governo e trabalhadores-sindicalistas, observamos que a formulação na SD1, “Nenhum direito a menos”, é fruto de uma apropriação do *slogan* elaborado e veiculado pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), pela Central Única dos trabalhadores, e outros órgãos de resistência à RT, como o Conlutas e o Força Sindical. Apesar de apresentar-se idêntico ao *slogan* sindicalista, o *slogan*-título visto na RT não é o mesmo. Essa diferença, no entanto, não é marcada na superfície textual, mas na materialidade linguístico-histórica, visto que encontramos dizeres que sinalizam uma tentativa de reconfigurar os sentidos da RT, por meio da inversão do enunciado produzido pelo antagonista político-ideológico, para expressar a seguinte construção discursiva: “a Reforma não é Y”, a “Reforma é X”, que parece implicar numa tentativa de substituição do sentido polêmico e negativo da reforma: a precarização dos direitos dos trabalhadores.

Esse funcionamento nos permite recorrer ao conceito de *enunciado dividido*, que de acordo com Courtine (2014), trata sobre o modo como em uma mesma materialidade linguística, no fio intradiscursivo, podem coexistir enunciados pertencentes a formações discursivas antagônicas. Sendo a propagação dessa formulação anterior ao lançamento da PRT, compreendemos que esta palavra-*slogan* se trata de uma apropriação, que marca a divisão entre a FD neoliberal pró-reforma na qual se inscreve a posição governista e a FD contrária às reformas neoliberais na qual se inscrevem os grupos militantes mencionados. “Nenhum direito a menos” é, assim, uma formulação afetada por diferentes posições-sujeito, em uma relação que remete a diferentes regiões de sentido. Nessa perspectiva, Courtine (2014) acrescenta que:

[...] encontramos, assim, imbricados na existência histórica dos processos discursivos como objeto de uma AD, o linguístico e o ideológico: esses dois modos de reformulação do enunciado dividido, linguisticamente descritíveis, vêm materializar em discurso as formas nas quais a luta ideológica se manifesta na luta política: como guerra ideológica de *posições*, onde a refutação faz-se ‘por denegação’ (imitar as palavras do outro, opor suas palavras às do outro, lutar palavra por palavra, como se avança passo a passo numa guerra de trincheiras); ou como guerra ideológica de *movimento*, na qual os efeitos polêmicos se produzem ‘ao inverso’ (apoderar-se das palavras do adversário, delas fazer suas próprias palavras e devolvê-las contra ele, lutar tomando o outro ao pé da letra...) (COURTINE, 2014, p. 209, grifos do autor).

Na formulação “Nenhum direito a menos”, na SD1, o sujeito enunciador da PRT apodera-se das palavras do adversário – o sujeito trabalhador-sindicalista – como aponta Courtine (2014), mascarando as contradições, tensões e as relações conflituosas de força ao deslocar sentidos de embate, entre capital e o trabalho, para uma relação de interesses em comum, que traz uma pauta da RT na qual essas partes, mesmo opostas, estariam em acordo: a preservação dos direitos trabalhistas já conquistados. Observa-se assim que há um apagamento daquilo que é constitutivo das relações entre classes no capitalismo por meio da produção de uma ilusão de unidade de posições entre governo e trabalhadores-sindicalistas. Em outros termos, essa unidade aparente produz um *efeito de apagamento das divergências sobre a RT*, pois indistingue as divisões, tendo em vista que a pretensa transparência da língua – no referido enunciado da SD1 – produz sentidos que remetem a uma confluência de interesses sobre a reforma citada e, em última instância, à prática de colaboração entre classes. Então nas diferentes posições, as mesmas palavras não têm o mesmo sentido, pois representam, no interior da língua, a maneira política de negar o político (ORLANDI, 2012).

A terceira formulação do *slogan* da PRT – “Muitos empregos a mais” –, para além da sua aparência de uma simples afirmação categórica, funciona enunciativamente como resposta às posições divergentes ou antagônicas à RT e uma promessa populista de solução do problema do desemprego.

Essa terceira formulação produz também um efeito de contraposição entre “emprego” e “direitos”, marcado por um duplo efeito: o efeito de resposta e o de promessa.

O *efeito de resposta* é verificado na medida em que os movimentos situados em posições contrárias à RT marcaram sua contraidentificação e a contestaram, tensionando

saberes e demandas nela inscritos pela exigência de manutenção de direitos ameaçados pela implementação da reforma, pondo em questão a forma de geração de empregos nos moldes que regem a reforma. “Muitos empregos a mais” assim como nos recortes anteriores, funciona como efeito de resposta em direção a esses argumentos, como que dizendo “Com a reforma, não só garantiremos os direitos que vocês dizem ameaçados como geraremos muitos mais empregos”.

Já o *efeito de promessa*, por sua vez, se ancora na posição do sujeito governo, enquanto instituição da qual derivam sentidos de governança, de geração de políticas públicas que solucionem os problemas e que afetam a população.

Nessa perspectiva, vale lembrar que a proposta de reforma da legislação trabalhista emergiu em condições de produção atravessadas pela conjuntura de instabilidade da economia mundial, que ressoou os seus efeitos no território brasileiro, e política, em torno da (i)legitimidade do governo em exercício. Desse modo, a formulação “Muitos empregos a mais” se apresenta como resposta populista do governo Michel Temer a essa crise, mediante criação de uma relação de causa e efeito entre a implementação da RT e a geração hiperbólica de empregos (“muito” e “a mais”).

É nesse espaço aberto pelo processo discursivo do *slogan* na SD1 “Modernização trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais”, que podemos constatar, a partir do interior do próprio discurso governista, de sua equivocidade, as condições conflituosas que marcaram, no âmbito social, a proposição e implementação da Reforma Trabalhista em diferentes posições-sujeito que coexistem na divergência.

Sintomática dessas condições conflituosas na qual se produz, a SD1, enquanto materialidade linguístico-histórica, revela processos de significação que configuram a posição do sujeito governo como posição capaz de administrar e de organizar as divergências aos saberes que integram a sua FD. Através de deslocamentos produzidos na materialidade linguístico-discursiva e dos efeitos de sentido de atualização, de resposta e de promessa, se constrói a ilusão de inexistência de conflitos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que assume uma posição sobre a RT, o sujeito governo (im)põe uma única direção aos sentidos sobre a referida reforma. O *slogan* da PRT estabelece um lugar-comum de afinidades imaginárias, neutralizando e recobrando as posições divergentes e antagônicas.

Feita a análise do *slogan* da PRT, vejamos como os lugares dos sujeitos governo, trabalhador e patrão são representados nas peças dessa propaganda. Nessas análises,

assumimos a hipótese de que o sujeito enunciador da PRT – o sujeito governo – busca acionar e controlar as posições de sujeito patrão e trabalhador, a fim de legitimar uma política do consenso sobre a RT, silenciando os sentidos relacionados à luta de classes e à resistência trabalhista, sobretudo pelo apagamento dos conflitos e das contradições acerca da (re)organização das relações de trabalho no Brasil.

Esse processo se organiza na PRT a partir de um jogo imaginário construído mediante projeções de imagens/posições para o sujeito governo, o sujeito patrão e o sujeito trabalhador. Esquemáticamente podemos sintetizar que, na base imaginária da produção de sentidos da PRT, está **a imagem (I) que o sujeito governo (G) faz da RT (R) – $I_G(R)$** , imagem essa que se desdobra em um **jogo entre as imagens que o sujeito governo faz de si mesmo (G), dos patrões (P), dos trabalhadores (T)** e das relações entre esses sujeitos: **$I_G(R) = I_G(G, P, T)$** .

Conforme nossa análise das peças da PRT, podemos antecipar ainda que o que domina nesse jogo de relações sobre a RT é **a imagem que o patrão tem da reforma: $I_G(R) = I_P(R)$** . Em vista disso, a imagem que o sujeito governo tem de si é a imagem que os **patrões têm do governo: $I_G(G) = I_P(G)$** . A imagem que o sujeito governo tem dos trabalhadores é também **a imagem que o sujeito patrão tem do trabalhador: $I_G(T) = I_P(T)$** .

Consideradas as condições exteriores das posições representadas no jogo imaginário da PRT, isto é, a vinculação da RT ao projeto neoliberal de reforma do Estado promovido pelo governo Temer, bem como as posições em aliança ou antagonismo com esse projeto, podemos concluir então que as formulações da PRT se inscrevem numa FD pró-reforma do Estado, dominada por uma forma-sujeito governamental em aliança com uma forma-sujeito empresarial, e em contradição com os saberes de uma FD anti-reformas neoliberais, de viés militante, esta FD se configurando como uma ausência constitutiva da PRT, na medida em que é em função das posições divergentes ou antagônicas dos sujeitos que se inscrevem nessa outra FD que o sujeito governo necessita produzir e dissimular seu discurso pró-reforma.

Feitas essas considerações, passemos ao segundo momento do primeiro movimento de análise, em que vamos abordar a forma como o sujeito governo se faz representar na PRT através das posições sujeito patrão e trabalhador.

Consideremos então, como segunda parte do nosso primeiro movimento de análise, como na PRT é construída a imagem que o governo faz de si. Para essa análise, selecionamos como unidades de análise SDs e recortes de 2 vídeo-propagandas (peças)

da PRT, intituladas: “A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o empregador” e também “A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o trabalhador”. A primeira (Fig. 2)²⁴ trata de explicitar, de modo abrangente, os principais pontos de modificação da legislação com a aprovação da RT, incluindo os “benefícios”, que são: a inclusão das jornadas de trabalho antes supostamente consideradas informais no quadro de abrangência da reforma atual; a possibilidade de negociação do intervalo, do banco de horas e o parcelamento das férias diretamente entre o patrão e o trabalhador conforme a necessidade de ambos.

Figura 2: Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o empregador.



Fonte: BRASIL, 2017.

Já a segunda vídeo-propaganda (Fig. 3)²⁵, por sua vez, acrescenta mais algumas supostas vantagens da reforma para o **trabalhador**, como a geração de empregos com a carteira assinada para quem trabalha em *buffets* e em festas infantis, antes considerados “bicos” pela antiga legislação trabalhista, ou seja, trabalhos informais, cujos direitos não assegurados. Essa propaganda discorre, ainda, sobre as temáticas das jornadas flexíveis, o trabalho *home office*, e a redução do horário de almoço, partindo da “justificativa” de que o trabalhador possa sair mais cedo para desfrutar da presença da família ou, apenas, fugir do trânsito nos horários mais movimentados.

Figura 3: Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o trabalhador.

²⁴ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=V8ausuFHtQA>

²⁵ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=rEAp4577gdU>



Fonte: BRASIL, 2017.

Para melhor visualização dos recortes, apresentamos, a seguir a transcrição dos textos das duas vídeo-propagandas, que constituem as nossas SD2 e 3. Essas SDs serão apresentadas na íntegra e, no decorrer do processo de análise, efetuaremos pequenos recortes mobilizados em função das regularidades representativas das questões e objetivos elencados.

SD2: Com a modernização trabalhista, o **Governo do Brasil colocou nosso setor produtivo no século XXI**, deixando as **empresas mais competitivas e lucrativas**. E o que vai mudar a partir de agora? A gente explica. Agora, **jornadas que antes só existiam na informalidade, estarão dentro da lei**. Menos riscos para quem **contrata** e mais segurança para **todo mundo**. Também vai ser possível **negociar diretamente com os trabalhadores** questões como intervalos e banco de horas. Isso é bom porque empregador e empregado podem fazer ajustes que beneficiem os dois. A opção de parcelamento de férias, além de beneficiar o trabalhador, vai permitir que a empresa organize melhor seu ciclo produtivo. **Fique por dentro**. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

SD3: **A modernização trabalhista já é uma realidade, é o Governo do Brasil colocando o País no século XXI** com mais opções de contrato e emprego pra você. E o que vai mudar a partir de agora? A gente explica. Muitas empresas que hoje não podem contratar empregados vão poder formalizar seus trabalhadores e dar a eles todas as proteções legais. Como que trabalha em buffets e festas infantis, por exemplo. Com a modernização trabalhista **os empregados poderão ter jornadas mais flexíveis e trabalhar em casa**. Mais tempo para ficar com a família ou realizar qualquer outra atividade. **Já pensou em reduzir o horário de almoço e sair mais cedo do serviço, fugindo do trânsito? Isso é possível com a modernização**. E não esqueça: nenhum direito trabalhista já conquistado será perdido. **Fique por dentro**. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

Conforme evidenciamos, partimos da cena discursiva de interlocução, segundo Indursky ([1997] 2013), na qual as posições do sujeito governo, do sujeito trabalhador e do sujeito patrão, sendo posições diferentes e heterogêneas inscritas no interior de FDs contraditórias, são representadas em um espaço fechado que, na presente pesquisa, equivale ao espaço discursivo da PRT. A pesquisadora acrescenta que a noção de cena discursiva de interlocução se trata discursos antagônicos e, portanto, de FDs em estado de oposição. Nesta pesquisa, a abordagem da cena discursiva abrange os deslocamentos produzidos na configuração da posição do sujeito governo nas relações que estabelece com a FD do sujeito trabalhador e a FD do sujeito patrão. Desse modo, nessa cena, importam as diferentes formas de representação dos sujeitos do discurso compreendidas no espaço de dissenso/desentendimento sobre os saberes da RT.

Para compreendermos as representações do sujeito enunciador, recorreremos aos seguintes recortes das SD2 e SD3:

SD2 – Com a modernização trabalhista, o Governo do Brasil colocou nosso setor produtivo no século XXI, deixando as empresas mais competitivas e lucrativas.

SD3 – A modernização trabalhista já é uma realidade, é o Governo do Brasil colocando o País no século XXI com mais opções de contrato e emprego pra você.

Constatamos que a posição do sujeito enunciador do discurso da PRT, ocupada pelo sujeito governo, assume um lugar de exterioridade que o inscreve em uma posição enunciativa externa. Ao se projetar de “fora” do momento da enunciação, a sua posição imaginária externa produz um efeito de ilusão de exterioridade do sujeito governo que permite a esse sujeito se representar como um sujeito outro. Esse funcionamento pode ser observado no recorte da SD2: “o Governo do Brasil colocou nosso setor produtivo no século XXI”, e no da SD3: “é o Governo do Brasil colocando o País no século XXI”. Como vemos, a referência à “o governo do Brasil”, evidencia o desdobramento do lugar do sujeito governo e essa reduplicação permite ao sujeito do discurso dar ênfase às suas próprias ações em virtude do seu lugar de exterioridade.

Dessa forma, se utilizando de uma expressão na terceira pessoa do singular (“o governo do Brasil”) como referente discursivo da sua posição enunciativa, o sujeito enunciador governo estabelece um distanciamento em relação a si mesmo. Dessa

maneira, nos interrogamos sobre os efeitos de sentido produzidos por essa posição de exterioridade.

Para Pêcheux ([1969] 2014), o sujeito enunciatador tem a capacidade de se colocar no lugar do seu interlocutor através do mecanismo da antecipação, e do lugar de onde fala, o sujeito vai enunciar conforme o efeito que pensa produzir sobre o sujeito enunciatário. Nessa perspectiva, nos recortes destacados, observamos que é desse lugar de liderança ocupado pelo sujeito governo, enquanto porta-voz da sociedade, que a reforma é dada como um fato já consumado. Esse efeito de antecipação da implantação da RT pode ser verificado na materialidade linguística da SD2: “o Governo do Brasil colocou nosso setor produtivo no século XXI”. Como vemos, “colocou” é um verbo no pretérito perfeito do indicativo que indica uma ação que aconteceu em um determinado momento do passado, tendo o seu início e fim no passado. Também na SD2: “Agora, jornadas que antes só existiam na informalidade, estarão dentro da lei”, a relação de oposição entre “agora” e “antes” evidencia que a legislação trabalhista que vigorava foi substituída e, em decorrência disso, as novas condições trabalhistas foram responsáveis por inserir o país no “século XXI”, segundo as SD2 e SD3.

Na SD3, o efeito de antecipação que fornece o entendimento de que a reforma é uma prática estabelecida pode ser observado no recorte “A modernização trabalhista já é uma realidade”. Sendo “já” um sinônimo de “agora”, e o verbo “ser” (“é”) indicando que está conjugado no presente do indicativo, “já é” enquanto declaração afirmativa, não permite dúvidas sobre a efetiva implantação da RT como fato ocorrido, que vem acompanhado pela modernização da legislação trabalhista.

Dessa maneira, verificamos a partir do efeito de antecipação que se estabelece o governo assume **uma posição de porta-voz pela qual se representa enquanto líder**, sendo possível do seu lugar de exterioridade “enxergar” a dimensão da problemática em torno da legislação trabalhista e “elaborar” uma operação que se propõe como a única solução possível: a RT. Por esse viés, a representação do porta-voz e líder produz o efeito de exterioridade que funciona como um sujeito onisciente, esclarecido sobre os acontecimentos políticos brasileiros.

Sabendo que o sujeito governo porta-voz é o enunciatador legítimo automeado e soberano, constatamos a existência de outra função enunciativa dessa posição do sujeito governo. Desse modo, se por um lado, o sujeito porta-voz do seu lugar de exterioridade estabelece um distanciamento em relação ao “Governo do Brasil”, como já vimos. Por outro, no que diz respeito ao enunciatário representado pelo sujeito enunciatador porta-

voz, o que contatamos nos recortes destacados fornece evidências de uma relação de proximidade entre o porta-voz e os enunciatários para o quais ele enuncia. Constatação que pode ser verificada na SD2 e na SD3: “E o que vai mudar a partir de agora? A gente explica”, ainda nas SD2 e SD3: “Fique por dentro”, e na SD3: “Já pensou em reduzir o horário de almoço e sair mais cedo do serviço, fugindo do trânsito? Isso é possível com a modernização”. Nesses recortes, o sujeito porta-voz se dirige ao grupo enunciatário na realização de perguntas que estabelecem um “diálogo” no qual a alteridade do porta-voz não gera um distanciamento, ao invés disso, produz o efeito de interlocução.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que constrói um espaço de “interlocução”, que se trata, no entanto, de pergunta retórica, sem reversibilidade, o sujeito porta-voz projeta um lugar específico de identificação para o enunciatário, isto é, ao sujeito trabalhador, haja vista que o próprio sujeito porta-voz trata de circunscrever e direcionar a resposta, os sentidos sobre a RT. Esse funcionamento poder ser percebido, principalmente, na SD3: “Já pensou em reduzir o horário de almoço e sair mais cedo do serviço, fugindo do trânsito? **Isso é possível com a modernização**”. Nesses termos, a construção da pergunta seguida da resposta produz um lugar de identificação na cena de representação da PRT, entre o porta-voz e trabalhador, sendo a proposição da pergunta pelo sujeito porta-voz uma injunção à resposta esperada e, assim, um chamado à identificação com a posição do governo, que, como dissemos, fala pelos patrões.

A partir das considerações acerca do porta-voz no processo discursivo das SD2 e SD3, podemos dizer que a função enunciativa do sujeito governo do seu lugar de porta-voz é subordinada aos interesses e também às necessidades dos patrões. A identificação e a reciprocidade entre governo e patrões são dissimuladas pela simulação de uma identificação e colaboração com os trabalhadores.

O que funciona então na representação da posição sujeito governo na PRT é a imagem que os patrões têm do governo e dos trabalhadores: $I_G(G) = I_P(G)$ e $I_G(T) = I_P(T)$.

4.2. A representação do sujeito patrão

Mobilizamos, nos processos discursivos analisados, as representações do sujeito governo e seu desdobramento na função enunciativa de porta-voz. Nesse lugar do porta-voz, caracterizamos a representação do sujeito governo, a partir da qual acreditamos que se organizam as representações dos outros sujeitos do discurso da PRT. A partir de

agora, pretendemos abordar a representação do sujeito patrão na SD4 e SD5 e, posteriormente, partiremos para as demais sequências selecionadas na busca de observar a relação entre essa posição sujeito e a posição do governo. Além das representações dos sujeitos discursivos, conforme elencamos, também abordamos as relações que essas posições estabelecem e os efeitos de sentido produzidos.

Para a análise da representação do sujeito patrão, escolhemos como unidades de análise SDs e recortes de mais 2 peças da PRT, intituladas: “A modernização trabalhista favorece a geração de empregos” e “Diferentes formas de contratação trazem benefícios ao mercado”. A primeira vídeo-propaganda (Fig. 4)²⁶ se dedica a abordar a temática da jornada intermitente e seus supostos **benefícios para o trabalhador**. Ao mesmo tempo, a legislação “antiga” (CLT) sobre o trabalho é citada como empecilho para a geração de empregos, enquanto o trabalhador passa a ser vinculado a um gasto excessivo devido ao “excesso” de direitos trabalhistas. Diferentemente das vídeo-propagandas anteriores, na qual não se vê a figura de um locutor, as peças mobilizadas daqui em diante apresentam diversos locutores, representando os patrões e assinalando suas necessidades, demandas e interesses.

Figura 4: Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista favorece a geração de empregos.



Fonte: BRASIL, 2017.

A segunda vídeo-propaganda (Fig. 5)²⁷ visa explicitar as vantagens e benefícios que surgirão com a adoção das novas regras em torno das relações trabalhistas propostas

²⁶ Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=i-mCj_GLUJg

²⁷ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=r1bLXDdWM0s>

pela RT, mais detidamente no que se refere à jornada intermitente, isto é, ao contrato de trabalho no qual se delimita a prestação de serviços conforme a necessidade do patrão.

Figura 5: Vídeo-propaganda: Diferentes formas de contratação trazem benefícios ao mercado.



Fonte: BRASIL, 2017.

Para melhor visualização dos recortes, apresentamos, a seguir a transcrição dos textos das vídeo-propagandas, que constituem nossas SD4 e SD5.

SD4: Jornada intermitente: Com a jornada intermitente, posso contratar mais nos dias nos dias que tenho mais clientes. Com a jornada intermitente, posso contratar mais funcionários nos dias que eu tenho mais clientes e preciso de mais mão de obra. A jornada atual me possibilita, infelizmente, ter somente um funcionário pelos custos que eu tenho. Com a jornada intermitente eu poderia ter mais de um funcionário nos momentos que eu tenho mais necessidade. Com certeza contrataria mais pessoas. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

SD5: Receita para um bom negócio: Meu pai que deu início a tudo, ele era funcionário do restaurante, depois virou o dono, eu ajudava ele desde a adolescência e hoje nós temos cinco restaurantes. O restaurante tem bastante movimento, final de semana aumenta ainda mais e a gente tem bastante dificuldade de tá contratando funcionários extra pra tá atendendo bem nosso cliente. A contratação de funcionários extras vai ser tão bom pra empresa quanto pro funcionário e acredito que vai abrir mais postos de trabalho. Essa flexibilidade de contratação deve melhorar ainda mais o negócio. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

As SD4 e SD5 discorrem sobre a RT partindo dos temas da modernização e da flexibilização de modo a evidenciar seus benefícios, de forma mais abrangente. A partir da SD4, as sequências que integram o arquivo da PRT se dedicam às características que são mais específicas da nova legislação trabalhista. Sendo assim, a SD4, que trata sobre a temática da jornada intermitente, mobiliza uma relação temporal diferente daquela que podemos constatar nas SD2 e SD3. O efeito de antecipação, nas SD anteriores, produz o entendimento de que a reforma foi institucionalizada e, como consequência disso, o país inseriu o setor trabalhista no cenário da modernização. Na SD4, constatamos a relação de contraste estabelecida entre a legislação vigente, referente a normas que não são tidas como modernas, e a nova, que é moderna, mas ainda não foi oficializada. E isso fornece o efeito de evidência que aponta para a direção da necessidade da institucionalização da RT, para que haja a modernização das relações trabalhistas. Também constatamos que a SD5, assim como a SD4, apresenta esse funcionamento.

A SD5 aborda a contratação de funcionários conforme o aumento do movimento do estabelecimento comercial. Nela, também podemos perceber que a reforma se torna um projeto futuro, que ainda não foi, mas precisa ser institucionalizado, ao invés de uma ação já concretizada. Esse funcionamento das SD4 e SD5 em relação às SD2 e SD3 foi produzido pela forma de representação dos sujeitos do discurso. Recorremos a Cazarin (2005) para esclarecermos a questão. Conforme a autora, o que significa no discurso são as posições-sujeito em relação ao contexto histórico-social e à memória discursiva. Essa afirmação evidencia que o sujeito enuncia de um imaginário discursivo que deriva de interesses sociais ligados a lugares em uma formação social. Dessa maneira, partindo da perspectiva de que o sujeito governo enuncia de um lugar historicamente determinado, em condições de produção específicas e que pode “prever” os efeitos produzidos sobre o seu interlocutor, a alternância da enunciação entre a função enunciativa de porta-voz e do sujeito patrão, nas SD4 e SD5, condiz com a estratégia discursiva observada na SD2 e SD3.

Nesse caso, a estratégia discursiva consiste na representação do sujeito patrão através daquele que o representa, ou seja, o sujeito governo. A posição-sujeito na qual o sujeito-governo está inscrito abriga os saberes desse segmento sobre a RT e, dessa forma, sob o olhar do sujeito governo, o sujeito patrão é representado, no entanto, o olhar do patrão se sobrepõe e domina o olhar do governo. Dessa maneira, podemos compreender que a estratégia do discurso pode ser constatada na inscrição de um sujeito outro, isto é, o sujeito patrão, de modo a legitimar a posição do sujeito governo, e vice-

versa. O enunciador se apresenta como porta-voz do “Governo do Brasil”, nas SD2 e SD3, e nas SD4 e SD5, como porta-voz dos patrões. Ao passo que o porta-voz concede a voz, imaginariamente, ao sujeito patrão, o sujeito governo mobiliza o grupo ao qual representa em torno de saberes e objetivos comuns que produzem um efeito de unidade discursiva entre a posição do sujeito governo e do sujeito patrão no que se refere à RT.

Confirma-se, assim, na SD4 e SD5, que a imagem que o governo tem de si é a imagem que tem dos patrões e estes do governo ($I_G(G) = I_P(G)$), marcando a posição de aliança dos dois setores na legitimação da RT como uma necessidade e um benefício para os trabalhadores e dissimulando os interesses da própria aliança entre o governo e os patrões.

4.3. A representação do sujeito trabalhador

A partir desse momento, o recorte discursivo será composto por quatro SDs que são representativas da posição-sujeito dos trabalhadores projetada na PRT. Para essa análise, escolhemos como unidades de análise SDs e recortes das peças da PRT, intituladas: “A modernização trabalhista permite a divisão de férias”, “Com a modernização trabalhista, ficou mais justo ter opção sobre a contribuição sindical”, “Flexibilidade na pausa de almoço beneficia trabalhadores” e a “Regulamentação do home office trouxe flexibilidade de jornada”. Essas vídeo-propagandas, assim como as anteriores, trazem representantes de uma parcela específica da população, nesse caso, os trabalhadores, para demarcar seu apoio ao projeto da RT. Essa aparente heterogeneidade de posições entre governo, patrão e o trabalhador, sob uma “convergência” de interesses relacionados à reforma, descaracteriza a relação de oposição entre classes, haja vista que apaga os problemas econômicos, políticos e também sociais ao ignorar as contradições e os conflitos que constituem as relações entre os governo/patrões x os trabalhadores fora da cena discursiva de interlocução.

A primeira vídeo-propaganda (Fig. 6)²⁸ trata de abordar a relevância de uma das mudanças trazidas pela RT: a divisão das férias, visto que com a implementação da RT, o fracionamento das férias, em até três períodos, passaria a ser possível.

Figura 6: Vídeo-propaganda: A modernização trabalhista permite a divisão de férias.

²⁸ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=KvcTi19fwaM>



Fonte: BRASIL, 2017.

Já a vídeo-propaganda 7 (Fig. 7)²⁹ é voltada a pontuar outra novidade que poderá ser implementada pela “nova” reforma da legislação trabalhista: a contribuição sindical opcional. A opção de contribuir com o sindicato, nesse caso, passa a ser apontada como um exercício de liberdade do trabalhador.

Figura 7: Vídeo-propaganda: Com a modernização trabalhista, ficou mais justo ter opção sobre a contribuição sindical.



Fonte: BRASIL, 2017.

Para melhor visualização dos recortes, apresentamos, em blocos, conforme o desenvolvimento da análise, a transcrição dos textos das vídeo-propagandas. Nas SD destacadas pretendemos analisar o desdobramento da função enunciativa do porta-voz – de governo para patrão e, em seguida, para trabalhador – suas implicações no modo de

²⁹ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=9fJ-hWuZ2gA>

representação dos sujeitos trabalhadores e os efeitos de sentidos produzidos. Vejamos, inicialmente, as SD6 e SD7, abaixo.

SD6: Divisão de férias: Eu sou a favor de dividir as férias em três vezes. Eu sou a favor de dividir as férias em três vezes até porque a gente se cansa muito no comércio. E seria justo porque, nem toda vez que você precisa tirar essas férias **você tem dinheiro**. Então você se programa três vezes no ano, divide direitinho e você vai ter aquele dinheiro. Guardar aquele dinheiro. Três vezes é justo, não fica estressado **nem o patrão e nem o trabalhador**. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

SD7: Contribuição sindical: Ficou mais justo ter a opção de pagar a contribuição sindical. Achei que ficou mais justo você ter a **opção de pagar a contribuição sindical** porque antes você era obrigado a pagar. Agora, você tem a opção, a livre e espontânea vontade de escolher se você paga ou não. Porque fica bom, né, o cara ter a opção de contribuir, ou não. Por que vai que ele precisa daquele **dinheiro pra fazer outra coisa**. Ele era obrigado a contribuir, né. Agora, não. Não está sendo obrigado. Você vai ter a livre e espontânea vontade de fazer o que quiser. Se você vai querer contribuir, ou não. Achei até interessante. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

Sabendo que a cena discursiva de interlocução na qual o sujeito enunciador da PRT se representa é concebida como um espaço em que estabelecem relações de sentido e de força entre as posições governo, patrão e trabalhador, entendemos que a cena funciona como um lugar a partir do qual o sujeito governo enuncia, se fazendo presente diferentes formas de representação dessas posições. Dessa forma, ora ele, a partir do lugar de exterioridade, enuncia como sujeito porta-voz que, nas SD2 e SD3, se representa como um dos integrantes do grupo enunciatário ao qual se pronuncia, com o “a gente” e o “nosso”, como materialidades representativas dessa aproximação, que fala para esse grupo. Nas SD4 e SD5, o sujeito enuncia como um “nós” político ao estabelecer uma reduplicação do sujeito enunciador que, por um lado, funciona pela função enunciativa do sujeito governo como porta-voz, por outro, o sujeito porta-voz delega, imaginariamente, a voz ao sujeito patrão.

O porta-voz concede a voz ao sujeito patrão, que é tomado como representante da posição dos empregadores e suas demandas, e representado no discurso enquanto um sujeito outro que atribui legitimidade ao sujeito governo porta-voz (e vice-versa). Sendo inserido na cena discursiva de interlocução, o sujeito patrão enuncia a partir da mesma posição na qual o sujeito governo está inscrito, conforme a SD4 e SD5. Funcionamento semelhante pode ser verificado nas SD6 e SD7, pois o sujeito porta-voz mobiliza a

representação do sujeito trabalhador, de modo que essa posição-sujeito é falada a partir dos saberes da posição sujeito governo, que, como vimos, é subordinada aos saberes da posição sujeito patrão, representando ambas as posições ideológica e discursiva neoliberal pró-reforma. Assim, a mobilização das representações do sujeito, nas SD4, SD5, SD6 e SD7, mostra que correspondem à região de saber na qual o sujeito governo e patrões são inscritos.

A vídeo-propaganda “Flexibilidade na pausa de almoço beneficia trabalhadores” (Fig. 8)³⁰, foi dedicada a abordar a temática da possibilidade de redução do horário de almoço, a partir da negociação com o patrão, utilizando como justificativa a necessidade de conciliar estudo e trabalho.

Figura 8: Vídeo-propaganda: Flexibilidade na pausa de almoço beneficia trabalhadores.



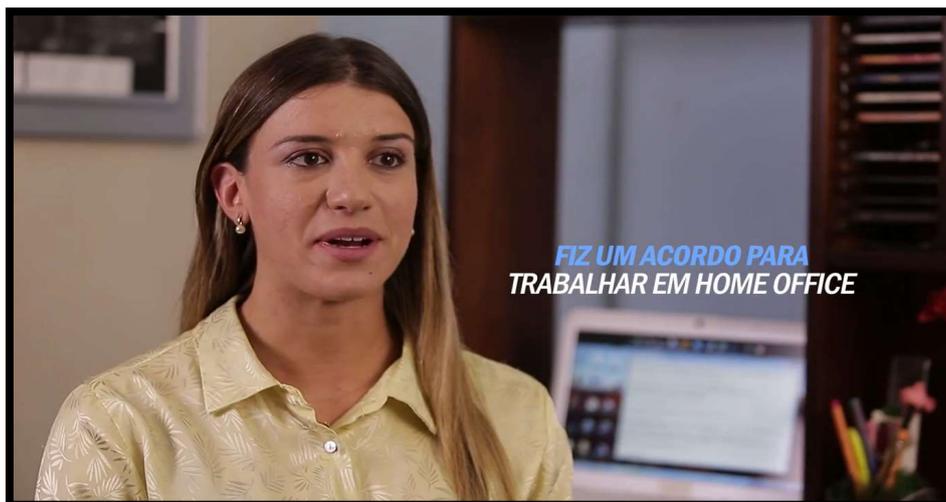
Fonte: BRASIL, 2017.

Já na vídeo-propaganda “Regulamentação do *home office* trouxe flexibilidade de jornada” (Fig. 9)³¹ são apontados os benefícios da regulamentação do trabalho em *home office*, como outro avanço produzido pela flexibilização das relações trabalhistas.

Figura 9: Vídeo-propaganda: Regulamentação do *home office* trouxe flexibilidade de jornada.

³⁰ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=Ji91YHW7qKI>

³¹ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=RoiHExAYz5M&t=5s>



Fonte: BRASIL, 2017.

Segundo as discussões tecidas anteriormente, devido ao fato de que o sujeito organiza os saberes referentes a essas outras posições-sujeito (governo, patrão e trabalhador) pelo jogo das formações imaginárias na cena de discursiva de interlocução, se produz como efeito de unidade discursiva entre os sujeitos enunciadoreis. Esse efeito também é constatado nas SD8 e SD9. Vejamos essas sequências a seguir.

SD8: Estudo, trabalho e crescimento: Meu sonho é fazer meu curso de administração e entrar pra uma empresa que tem plano de carreira e poder crescer na área. Minha rotina é um pouco complicada, acordo às cinco horas da manhã. Vou para o trabalho, saio do trabalho, venho direto para a faculdade e o dia acaba sendo bem corrido. Agora é possível negociar o horário de almoço com os meus chefes, fazer trinta minutos a menos e poder sair trinta minutos mais cedo para me organizar com os compromissos da faculdade. Eu tô no caminho do meu sonho e eu não vou desistir nunca. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

SD9: Trabalhar sem perder tempo: Eu amo o que eu faço, eu trabalho com comunicação interna que consiste em informar os fornecedores da companhia e, assim, melhorar a qualidade do serviço. Eu queria muito voltar a estudar, mas gastando aí quatro horas com deslocamento casa-trabalho, trabalho-casa, é... fica difícil, né? Eu tentei me adequar, me virar mesmo, estudar no ônibus, mas, é... não conseguia me dedicar com qualidade. Fiz um acordo com a minha chefia solicitando pra trabalhar em home office, eles aceitaram e desde então, eu trabalho 1 dia da semana na empresa e o restante dos dias eu trabalho de casa. Tá sendo muito bom, eu consigo focar bem mais no meu serviço e, conseqüentemente, o trabalho rende mais. Da mesma forma que meu trabalho pra levar informações pras pessoas e a partir delas elas conseguirem executar melhor as tarefas do trabalho delas, agora eu vou conseguir me aperfeiçoar profissionalmente e correr atrás das informações e da qualificação que são interessantes

pra mim. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

A alternância dos sujeitos enunciadores através da função enunciativa de porta-voz e de representante que, nas SD4 e SD5, funciona entre o sujeito governo e o sujeito patrão, nas SD6, SD7, SD8 e SD9, entre o sujeito governo e o sujeito trabalhador, estabelece um lugar de articulação entre os sujeitos enunciadores, em virtude do fato de que os sujeitos patrão e trabalhador são representados como se estivessem inscritos na mesma região de sentidos na qual o sujeito governo porta-voz está inscrito. É nesse lugar-comum no qual, imaginariamente, convergem diferentes posições que as posições sujeito patrão e trabalhador, representadas nas cenas de interlocução construída na PRT, legitimam a posição sujeito governo. De forma que, sendo representados por meio do “eu”, eles enunciam em nome do grupo que simulam representar e essa concessão da voz pelo porta-voz permite, por um lado, que os sujeitos patrões e os sujeitos trabalhadores adquiram visibilidade e se dirijam aos seus pares e, por outro, que o sujeito governo seja isentado de responsabilidade pelas mudanças da nova legislação trabalhista, pois ele “fala” pelo povo, e isso o qualifica para que ele assuma a função enunciativa de porta-voz e líder.

Essa concessão da voz aos sujeitos trabalhador e patrão produz uma forma de legitimação das ações do sujeito governo, e o funcionamento inverso no qual a “fala” desses sujeitos é legitimada pelo sujeito governo, também ocorre, como podemos ver na interferência do porta-voz nos momentos de enunciação do sujeito empregador, na SD4: “contratar mais funcionários nos momentos de mais necessidade”, na SD5: “funcionários extras, com carteira assinada para horas de pico”, e também do sujeito empregado, nas SD6: “não fica estressado nem o patrão, nem o trabalhador”, e SD7: “livre e espontânea vontade”, na SD8: “modernização trabalhista, flexibilidade em benefício de todos”, e na SD9: “modernização trabalhista, relações de trabalho ajustadas ao século XXI”. É dessa forma, entre a enunciação do porta-voz e do sujeito patrão ou do trabalhador que o porta-voz enuncia pelos e para trabalhadores e patrões, enquanto estes enunciam para os seus pares. É, portanto, na mobilização das representações dos sujeitos outros no discurso da PRT que o sujeito governo enuncia para as posições diferentes e divergentes.

Nosso próximo recorte será constituído pelas últimas três vídeo-propagandas que compõem a campanha publicitária da RT: “Modernização Trabalhista. Nenhum direito a

menos. Muitos empregos a mais”. Escolhemos como unidades de análise SDs e recortes de mais três vídeo-propagandas da PRT: a “Contratações com jornadas previsíveis são formalizadas”; “Modernização trabalhista: negociações justas e precisas”; e, por último, a “Modernização trabalhista: trabalhar de casa já é uma realidade”.

Na vídeo-propaganda “Contratações com jornadas previsíveis são formalizadas” (Fig. 10)³², observamos que é abordada a temática da contratação intermitente, na qual o contrato de trabalho fica subordinado à necessidade do patrão, ocorrendo então de modo não contínuo, independentemente do tipo de atividade exercida pelo trabalhador.

Figura 10: Vídeo-propaganda: Contratações com jornadas previsíveis são formalizadas.



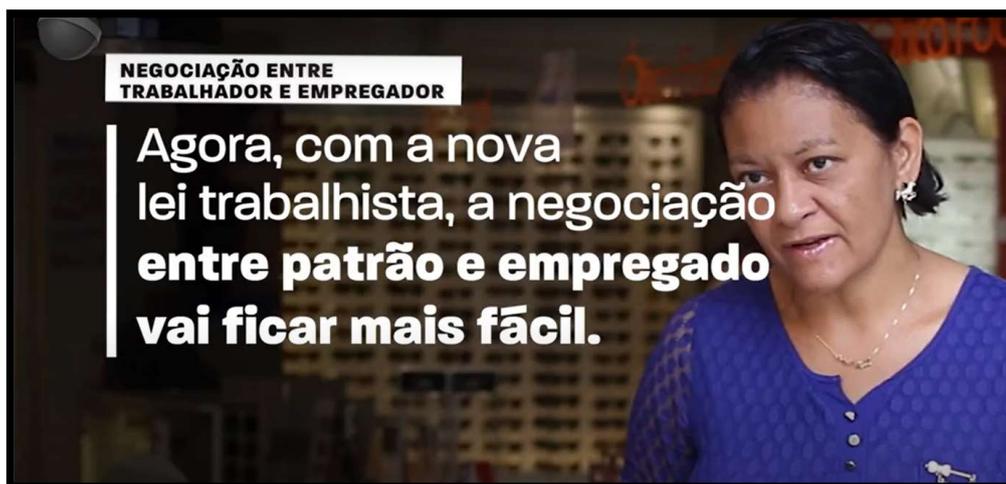
Fonte: BRASIL, 2017.

Já a vídeo-propaganda “Modernização trabalhista: negociações justas e precisas” (Fig. 11)³³ é voltada a pontuar que a negociação direta entre patrões e trabalhadores é o grande benefício a ser institucionalizado pela RT, visto que, por esse viés, a negociação passa a ser um mecanismo “legal” utilizado por ambas as partes para que os patrões e os trabalhadores possam “igualmente” fazer valer seus interesses e suas demandas. Nesse caso, a supremacia do negociado sobre o legislado evidencia um modelo de contratação, “moderno”, baseado em um regime mais flexível sob a justificativa de ampliar os postos de emprego.

Figura 11: Vídeo-propaganda: Modernização trabalhista: negociações justas e precisas.

³² Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=NijYcs4HWYQ>

³³ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=qQn10x42r4g>



Fonte: BRASIL, 2017.

Na vídeo-propaganda intitulada “Modernização trabalhista: trabalhar de casa já é uma realidade” (Fig. 12)³⁴, a modalidade *home office* de trabalho é abordada como saída para o trabalhador conciliar o estudo e o trabalho, isto é, a jornada dupla, de modo mais confortável, sem prejudicar a produtividade de trabalhador. Entre os supostos benefícios e justificativas estão o avanço da tecnologia, que permitiria elevado desempenho, aliado ao pretexto de facilitar a vida do trabalhador evitando a locomoção e, por consequência, a perda de tempo no trajeto do deslocamento para o local de trabalho.

Figura 12: Vídeo-propaganda: Modernização trabalhista: trabalhar de casa já é uma realidade.



Fonte: BRASIL, 2017.

Mobilizaremos, portanto, três SDs com o intuito de abordar as representações dos sujeitos trabalhador e patrão por meio das SD10, SD11 e SD12, buscando analisar

³⁴ Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=tYH9F2ejwwQ>

tanto os desdobramentos dessas posições-sujeito, quanto os efeitos de sentido produzidos na sua relação com o sujeito governo em sua função enunciativa de porta-voz dos patrões. Para tanto, selecionamos SDs que contemplassem tanto o sujeito trabalhador quanto o sujeito patrão. A SD10 aborda o sujeito patrão e o sujeito trabalhador representados na cena de interlocução discursiva (para diferenciar as falas e os enunciadores, na SD10, especificamente, deixamos a “fala” do patrão sem o destaque em negrito, e acrescentamos negrito à “fala” do trabalhador”). Vejamos a SD10.

SD10: Juntos chegamos mais longe. A organização é tudo pra fazer um evento dar certo e, principalmente, contar com uma equipe de confiança. **Trabalho com dona Jacque já há uns três anos, três anos e meio, sempre quando tem evento assim ela me convida pra fazer. Porque vai ser uma relação mais justa, mais próxima e mais fiel. Ah eu gostei muito da mudança porque antes era um bico, né, e agora é uma coisa mais formal, eu tenho direito a FGTS, férias, décimo terceiro, então, tem mais benefícios.** Agora, nós transformamos uma simples relação numa grande parceria, o que é bom pra todos nós. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

Nas sequências discursivas precedentes, constatamos que a delegação da voz do porta-voz se configura como uma estratégia discursiva que possibilita a mobilização de lugares sociais representados na cena discursiva de interlocução, como já mencionamos. Entretanto, sendo a cena entendida enquanto espaço de tensão e confronto entre FDs, de acordo com Indursky ([1997] 2013), pudemos observar que o sujeito governo administra outras posições-sujeito que estão inscritas em diferentes e divergentes FDs, de maneira que se produz o efeito de unidade discursiva e a fabricação de uma indistinção de posições entre as três FDs no espaço discursivo da PRT, de modo que a cena discursiva de interlocução abrange a relação entre as diferentes posições-sujeito, mobilizadas em torno das semelhanças pelo sujeito enunciator que, ao mesmo tempo que se inscreve nos grupos sociais aos quais enuncia, como na SD10: “juntos chegamos mais longe”, e imaginariamente, delega a voz a outros sujeitos discursivos, ele também assume essas posições outras, como podemos constatar na SD10: “tenho meus direitos garantidos”, na qual ocupa a posição-sujeito do sujeito trabalhador, e na SD10: “transformamos uma simples relação em uma grande parceria”, onde enuncia da posição-sujeito do patrão.

Ao se apropriar do lugar de enunciação do sujeito trabalhador e do sujeito patrão, por um lado, o sujeito enunciator legitima os saberes dessas posições outras de

acordo com os processos discursivos já evidenciados e, por outro, o sujeito enunciador se representa de diferentes maneiras ao ocupar posições diversas e contraditórias no discurso da PRT. De forma que o sujeito enunciador, o sujeito trabalhador e o sujeito patrão partilham, aparentemente, a mesma perspectiva e aparecem representados por um “nós” político que estabelece a sobreposição sobre o “eu” individual de cada FD.

Na SD10, pudemos constatar um funcionamento discursivo semelhante ao da SD2 e SD3, que diz respeito ao efeito de antecipação produzido anteriormente pelo porta-voz e, agora, pelo sujeito patrão, na SD10: “a modernização trabalhista melhora muito a relação empregador/funcionário”, e pelo sujeito trabalhador, na SD10: “eu gostei muito da mudança porque antes era um bico, né, agora é uma coisa mais formal”. Nessa SD10, as materialidades linguístico-discursivas evidenciadas, principalmente, “a modernização trabalhista melhora” na enunciação do sujeito patrão, e a relação de oposição entre “antes” e “agora” na enunciação do sujeito trabalhador, permitem observarmos que esse efeito de antecipação da institucionalização da RT deixa evidente os deslocamentos que são produzidos nas formas de representação do sujeito enunciador. De maneira que esse efeito, sendo produzido pela enunciação do sujeito trabalhador, nas SD6, SD7 e SD9, e pelo sujeito patrão, na SD10, gera um estranhamento pelo fato de ser uma demanda própria da posição sujeito governo que, pelo que constatamos, é representada/transformada em demanda dos trabalhadores e dos patrões, produzindo o efeito de unidade discursiva, de acordo com processos discursivos anteriores, que fabricam sentidos de colaboração e reciprocidade, simulando igualdade de posições entre essas três posições consideradas.

Convém conhecermos as últimas seqüências discursivas, as SD11 e SD12.

SD11: Negociação entre trabalhador e empregador. Agora, com a nova lei trabalhista, **a negociação entre patrão e empregado vai ficar mais fácil**. Eu sou a favor da nova lei. Eu aprovo porque **enquanto a lei prevalecer só um lado, não vai ser justo pra ninguém**. Eu sou trabalhadora, eu sou empregada e também sou empresária, **então tudo que a nova lei está colocando é em benefício dos dois lados**. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos. Muitos empregos a mais.

SD12: O home office é importante para o trabalhador que concilia uma jornada dupla. O *home office* é uma ferramenta muito importante hoje para o trabalhador que tem que **conciliar uma jornada dupla**. Você economiza tempo, economiza despesa com gasolina, com deslocamento. **Você facilita a vida do empregado**. E hoje, com a globalização, com o avanço tecnológico. É muito mais fácil você fazer trocas de informações e mais confortável para que esse empregado

faça de casa. Modernização Trabalhista. Nenhum direito a menos.
Muitos empregos a mais.

Sabendo que o lugar social do sujeito é projetado transformado pelas formações imaginárias, no discurso, constituindo as posições-sujeito, constatamos nas SD5, SD10 e SD11 que a representação da posição assumida pelos sujeitos enunciadores se inscreve na posição-sujeito do sujeito governo, conforme podemos verificar na SD6: “não fica estressado nem o patrão nem o trabalhador”, na SD11: “então tudo que a nova lei está colocando é em benefício dos dois lados”, e na SD12: “você facilita a vida do empregado”. Desse modo, a delegação da voz ao sujeito trabalhador, na SD8, e aos sujeitos patrão e trabalhador nas SD11 e SD12, funciona como uma estratégia discursiva que aparenta representar os sujeitos discursivos e conceder a voz a suas demandas e objetivos. Entretanto, pudemos constatar que o sujeito governo mobiliza e assume as posições dos sujeitos patrão e trabalhador, de forma que coexistirem “pacificamente” sob a aparência da diversidade de posições-sujeito.

Produzindo um efeito de fechamento...

As análises desenvolvidas neste trabalho buscaram contemplar nosso propósito de investigar na propaganda política do governo Michel Temer sobre a Reforma Trabalhista, a construção do consenso sobre a necessidade e vantagens da implementação dessa reforma para os trabalhadores. Para tanto, recorremos ao dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso filiada a Michel Pêcheux, nos debruçando sobre a forma como o governo Temer, num cenário de desentendimentos e disputas sobre os sentidos e demandas que integravam a mencionada reforma, se utilizou da propaganda política na busca de obter o consenso da sociedade sobre seu projeto de RT.

Face a isto, objetivamos compreender no jogo de posições acionadas, assumidas e relacionadas na PRT, as estratégias discursivas da fabricação do consenso. Partimos da hipótese de que nessa propaganda estatal, mediante a estratégia da antecipação de imagens, o sujeito enunciador da propagada – o sujeito governo – buscou administrar a representação discursiva não somente de seu próprio lugar social – o lugar institucional de governo –, como a representação dos lugares dos patrões e trabalhadores, projetando-as no discurso da PRT de forma a produzir sobre a RT efeitos de sentidos que a legitimavam pela suposta unidade de interesses entre governo, patrões e trabalhadores.

Considerando, pois, que a RT se configura como parte de um projeto neoliberal de reforma do Estado, tendo em vista a manutenção, reprodução e intensificação a relações de exploração pelo trabalho, pudemos observar que a PRT, mediante a simulação de diálogo, troca, reciprocidade na representação dos lugares sociais de governo, patrão e trabalhadores, visa a obter o aval da sociedade e dos trabalhadores apagando a objetividade material, histórico-ideológica desses lugares.

Em nosso gesto analítico da PRT propusemos compreender as representações do (1) sujeito governo, (2) do sujeito patrão e (3) do sujeito trabalhador, descrevendo as relações imaginárias estabelecidas entre essas representações.

Em virtude disso, constatamos que o sujeito governo reduplica sua posição, assumindo a função enunciativa de porta-voz e, assim, atribui legitimidade a si mesmo desse lugar de exterioridade que ocupa enquanto porta-voz e líder. Com isso, observamos que o lugar do porta-voz produz uma estratégia discursiva central para a produção do efeito imaginário de consenso, tendo em vista que a partir dela o sujeito governo aciona e concede esse lugar de fala ao sujeito patrão e ao sujeito trabalhador.

Essa alternância imaginária do lugar do porta-voz correspondeu a um jogo de posições que produziu um efeito de reciprocidade de interesses dos sujeitos envolvidos na RT.

A partir da representação do sujeito patrão na PRT, pudemos verificar que a sua posição é acionada para assumir o lugar de porta-voz, legitimando os saberes do sujeito governo ao endossar os supostos benefícios da RT. A mesma estratégia discursiva da alternância de porta-vozes é produzida com a posição do sujeito trabalhador e sua representação, de maneira que o sujeito enunciador da PRT aparenta conceder a voz para as suas demandas, no entanto, essa posição é acionada para legitimar, ao mesmo tempo, as posições do governo e do patrão. Esse processo discursivo de alternância do porta-voz dissimula, sob a aparência de heterogeneidade enunciativa, os interesses e aliança reais entre governo e patrões frente à reforma, bem como as contradições e conflitos dos interesses destes com os dos trabalhadores.

O trabalho discursivo da propaganda estatal sobre a RT, portanto, tem seus sentidos e saberes orientados para os interesses de classe, de maneira que produzem a aparência da unidade de posições antagônicas (governo, patrão e trabalhador), a ilusão de consenso, conciliação e colaboração entre classes historicamente antagônicas.

É no jogo imaginário de posições estrategicamente mobilizado na PRT que o sujeito governo, inscrevendo-se numa posição neoliberal pró-reforma do Estado e das relações trabalhistas, busca fabricar o efeito de consenso em torno da RT e intervir no processo de constituição discursiva e política dos sujeitos sociais.

Nessa perspectiva, o trabalho discursivo sobre a referida reforma na propaganda estatal tem seus sentidos e saberes dirigidos em direção aos interesses de classe aos quais serve, de maneira que produzem a aparência de articulação de posições antagônicas (governo, patrão e trabalhador), por meio de seu funcionamento discursivo estratégico (diferentes posições acionadas e relacionadas a fim de produzir consenso imaginário sobre a RT), produzindo a ilusão de consenso, conciliação e colaboração entre classes historicamente antagônicas.

O Estado e as políticas públicas por ele formuladas e geridas estão sujeitas aos interesses e pressões do capital, sua intervenção política aberta através da propaganda estatal emerge como a forma de gerenciamento das relações conflituosas de dominação e exploração entre classes, materializando assim o apagamento do confronto de posições relacionado à(s) luta(s) de classes. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a propaganda oficial é parte da “guerra ideológica” do Estado contra o que resiste à sua

política (PÊCHEUX, [1979] 2014), intentando, pela fabricação discursiva de consensos, mascarar as relações contraditórias de classe e “anestesiá” as revoltas.

Entretanto, pela análise discursiva dos modos como as “vozes” dos sujeitos políticos são convocadas e faladas no discurso político, podemos tornar visível a relação do linguístico com o ideológico, com a exterioridade dos sujeitos e dos sentidos, expondo, sob a evidência do óbvio, do transparente dos efeitos imaginários de consenso, a tensão de processos sociais complexos e conflituosos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo, 2009.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- ALVES, Giovanni. A ofensiva do neoliberalismo senil e o mundo do trabalho no Brasil. In: **A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016**. RAMOS, Gustavo Teixeira... [et. al.] (Orgs.). Bauru: Canal 6, 2016, p. 142-129.
- BIAVASCHI, Magda Barros. In: **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. TEIXEIRA, Marilane Oliveira. GALVÃO, Andréia. KREIN, José Dari. [et. al.] (Orgs.). Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017, p. 183-194.
- BRASIL, G. d. (11 de novembro de 2017). *1 Vídeo (1 min. 2 seg.)*. **A modernização trabalhista chegou e quem ganha com isso é o empregador**. Fonte: Publicado pelo canal do Governo do Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=V8ausuFhtQA>. Acesso em: 16 novembro de 2017.
- BRASIL. Secom. **Execução contratual de publicidade**. Disponível em: <http://sistema1.planalto.gov.br/secomweb2/demanda/execucaocontratual>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: **Repensando o Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce. (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió, EDUFAL, 2007.
- CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política**: uma análise do discurso de Lula. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- CHOMSKY, Noan. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo, EdUFSCar, 2014.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIEHL, Paula. **Propaganda e persuasão na Alemanha Nazista**. São Paulo: Annablume, 1996.

DOMENACH, Jean- Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Difel, [1955] 2001.

ENGELS, Friedrich. Letters on historical materialism. To Joseph Block. In: **The Marx-Engels reader**. TUCKER, Robert C. (Org.). New York: W. W. Norton e Company, [1890] 1978, p. 760-765.

_____. Prefácio à 3ª edição [de 1885]. In: **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. KARL, Marx. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011, p. 21-22.

ERNST-PEREIRA, Aracy. (Re)inventando contos de fadas. Um estudo sobre o fenômeno da exclusão. 2008. In: **Práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2009. p. 213-228.

GUILHAUMOU, Jacques. MALDIDIER, Denise. ROBIN, Régine. Efeitos do arquivo. In: **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1986] 2016, p. 115-140.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1997] 2013.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, György. **O trabalho**. Trad. Ivo Tonet, Mimeo, Maceió, [1971] 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, [1846] 2007.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Caret, [1848] 2001.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: Processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, [1844] 2004.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, [1847] 1985.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTEIRO, Alexandrina. A educação tecida por fios meritocráticos e neoliberais: as ingerências de um governo provisório. In: **A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016**. [et. al.]. SOUZA, Aparecida Neri de; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e; VENCO, Selma. Bauru: Canal 6, 2016, p. 13-21.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Luciana. **Discurso, sujeito e relações de trabalho na contemporaneidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Segmentar ou recortar? In: **Linguística**: questões controversias. Minas Gerais, Uberaba: Faculdades Integradas de Uberada, 1984.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, nº 1. Florianópolis, jul-dez., 1998, p. 73-81.

_____. **Discurso e texto**: a formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, Editora RG, 2010, p. 11-42.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, [1987] 2012.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Sob o pseudônimo de Thomas Herbert. **Observações para uma teoria geral das ideologias**. RUA, nº 1. Campinas, [1967] 1995, p. 63-89.

_____. Análise automática do discurso. In: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, F. HAK, T. (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1969] 2014, p. 59-158.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

_____. As massas populares são um objeto inanimado?. In: **Análise do discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, [1978] 2014, p. 251-274.

_____. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise do discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, [1979] 2014. p. 73-92.

_____. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal?. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, [1982] 2014, p. 107-120.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, [1990] 2015.

- PÊCHEUX, Michel. LÉON, Jacqueline. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, [1980] 2014.
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, [1991] 2014, p. 93-106.
- PMDB. **Uma ponte para o futuro**. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- RAMOS, Russo Eduardo; DIONISIO, Anderson Sameliki. A falácia da ‘modernização’ na legislação trabalhista: o negociado sobre o legislado. In: **A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016, p. 93-98.
- ROMANINI, Mauricio Guindane. Primeiro ensaio de um marketing político. In: **No espaço cênico da propaganda política**: mídia, comunicação e marketing político nas campanhas presidenciais brasileiras. QUEIROZ, Adolfo. (Org.). Taubaté: Papel Brasil, 2011, p. 97-104.
- REBOUL, Olivier. **O slogan**. São Paulo, SP: Editora Cultrix, [1975] 2001.
- SANT’ANNA, Armando. **Propaganda**: Teoria, técnica e prática. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como foi e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- TEIXEIRA, Marilene Oliveira. **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. [et. al.]. (Orgs.). Campinas, SP: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.
- UCHÔA, Marcelo Ribeiro. Golpe neoliberal e retrocesso trabalhista. In: **A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016**. RAMOS, Teixeira... [et. al.]. (Orgs.). Bauru: Canal 6, 2016, p. 297-302.
- VINHAS, Luciana Iost. Precisamos falar sobre Temer: o estranhamento na voz. **Revista Fórum Linguístico**. v. 14, p. 1-10, 2017.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.